



Mulheres-Venezuelanas-Lideranças-Comunitárias em Boa Vista-RR: Tecendo Novos Espaços de Resistência Política e Coletiva - Venezuelan-Women-Community-Leaders in Boa Vista-RR: Weaving New Spaces for Political and Collective Resistance

Authors: Elis Moura Marques
Submitted: 23. October 2025
Published: 6. November 2025
Volume: 12
Issue: 5
Affiliation: Federal University of the Triângulo Mineiro, Uberaba & Rio de Janeiro State University (UERJ), Rio de Janeiro, Brazil
Languages: Portuguese
Keywords: Migratory Processes; Venezuelan Women; Gender Relations; Family Relations; Community Relations.
Categories: Humanities, Social Sciences and Law, Demetrios Project
DOI: 10.17160/josha.12.5.1099

Abstract:

Venezuelan forced migration has led to the international displacement of more than 7 million people by the end of 2022, of which 52% are women. It is the largest recent displacement in Latin America and, in this context, Brazil has become the fifth largest migratory destination in the Latin American region. Socio-economic conditions are deeply related to how families organize themselves in Brazil and how they work together to produce living conditions, especially in situations of impoverishment. As a strategy for confronting social exclusion, community organizations have been set up in occupied spaces, in which

JOSHA

josha.org

**Journal of Science,
Humanities and Arts**

JOSHA is a service that helps scholars, researchers, and students discover, use, and build upon a wide range of content

objectives 1 and 2. The questions included the social and identity profile of the participants and their migratory, family and community experiences. The data was interpreted using a constructive-interpretative analysis and based on an intersectional feminist epistemological position. In study 1, it was identified that social and gender inequalities operate in the articulation of women as leaders by impeding access to the labour market and keeping them mostly in the communities, corroborated by their association with domesticity which mobilized the extension of family care work to the community. The community confrontation they led was produced by the need to resist social exclusion, articulated from an ethical relationship of care, but also sustained by the engendering of gender relations. In study 2, it was identified that social and gender inequalities are intensified in the experiences of Venezuelan women as they are made doubly responsible for family and community care work, dialectically producing the construction of community networks and psychological suffering. The impacts produced are engendered in the overload of exclusive care management in the face of the reduced support network characteristic of migratory contexts, but mainly by the inefficiency of the public authorities in confronting gender inequalities and, therefore, social inequalities.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

**MULHERES-VENEZUELANAS-LIDERANÇAS-COMUNITÁRIAS EM BOA VISTA-
RR: TECENDO NOVOS ESPAÇOS DE RESISTÊNCIA POLÍTICA E COLETIVA**

Elis Moura Marques

UBERABA-MG
2023

Elis Moura Marques

Mulheres-venezuelanas-lideranças-comunitárias em Boa Vista-RR: tecendo novos espaços de resistência política e coletiva

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Psicologia.

Linha de pesquisa: Psicologia e Famílias

Orientadora: Prof. Dra. Tatiana Machiavelli Carmo Souza

UBERABA-MG
2023

**Catálogo na fonte: Biblioteca da Universidade Federal do
Triângulo Mineiro**

M316m Marques, Elis Moura
Mulheres-venezuelanas-lideranças-comunitárias em Boa Vista-RR:
tecendo novos espaços de resistência política e coletiva / Elis Moura Marques.
-- 2023.
51 p.

Dissertação (Mestrado em Psicologia) -- Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, MG, 2023
Orientadora: Profa. Dra. Tatiana Machiavelli Carmo Souza

1. Migração forçada - Venezuela. 2. Mulheres imigrantes - Venezuela. 3. Mulheres na política. 4. Mulheres - Condições sociais. I. Souza, Tatiana Machiavelli Carmo Souza. II. Universidade Federal do Triângulo Mineiro. III. Título.

CDU 314.15.045

Sônia Maria Rezende Paolinelli - Bibliotecária CRB-6/1191



Ministério da Educação
Universidade Federal do Triângulo Mineiro
Programa de Pós-Graduação em Psicologia
Uberaba - MG

ATA DE DEFESA E QUALIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação:	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA (PPGP-UFTM)				
Evento:	DEFESA DE DISSERTAÇÃO				
Data:	20/10/2023	Início em:	15h00	Término em:	17h30
Número de matrícula aluno:	2021.1009.8				
Nome do aluno:	ELIS MOURA MARQUES				
Título do trabalho:	Mulheres-Venezuelanas-Lideranças-Comunitárias em Boa Vista-RR: tecendo novos espaços de resistência política e coletiva				
Área de concentração:	PSICOLOGIA				
Linha de Pesquisa:	PSICOLOGIA E FAMÍLIAS				
Projeto de pesquisa vinculado:	-				

Reuniu-se forma remota, utilizando-se a plataforma Google Meet, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Psicologia, assim composta dos Professores Doutores: Cláudia Andrea Mayorga Borges da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Rafael De Tilio (UFTM), e Tatiana Machiavelli Carmo Souza (UFTM) orientadora da mestranda. Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dr(a). Tatiana Machiavelli Carmo Souza apresentou a Comissão Examinadora e a mestranda, agradeceu a presença do público, e concedeu à Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação da Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa. A seguir a senhora presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos examinadores, que passaram a arguir a mestranda. Concluída a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca se reuniu e atribuiu o resultado final, considerando a mestranda:

APROVADA

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFTM.

Nada mais havendo a tratar, a sessão foi encerrada, dela sendo lavrada a presente ata, que foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Tatiana Machiavelli Carmo Souza**, **Usuário Externo**, em 26/10/2023, às 09:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#) e no art. 34 da [Portaria Reitoria/UFTM nº 165, de 16 de junho de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **RAFAEL DE TILIO**, **Professor do Magistério Superior**, em 26/10/2023, às 12:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#) e no art. 34 da [Portaria Reitoria/UFTM nº 165, de 16 de junho de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Claudia Andréa Mayorga Borges**, **Usuário Externo**, em 10/11/2023, às 14:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#) e no art. 34 da [Portaria Reitoria/UFTM nº 165, de 16 de junho de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.uftm.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1117040** e o código CRC **00BC2C23**.

Referência: Processo nº 23085.011344/2023-51

SEI nº 1117040

DEDICATÓRIA

Dedico às mulheres migrantes e refugiadas venezuelanas, com quem mais aprendi sobre feminismo interseccional. Suas histórias me inspiram, indignam e revoltam. Por isso, assumo o compromisso de enfrentar junto com elas a opressão, dominação e exclusão social que operam nas vidas das venezuelanas no Brasil.

AGRADECIMENTOS

Ansiei muito por esse momento, que percebo como uma oportunidade de contemplar a trajetória percorrida e as companhias de caminhada. Acredito que agradecer é um ato potente, sublime, e também político. Em um trabalho que discuto sobre relações éticas de cuidado, cuidar de relembrar das pessoas que exerceram o trabalho do cuidado comigo e que me permitiram alcançar a realização desse sonho, é também reconhecer que pertenço a uma comunidade. E isso, fortalece a convicção que já se fazia presente em mim, e que se confirmou ao longo do meu processo de dissertar de que é na coletividade que transformaremos o mundo. Destinar tempo para cuidar é um projeto coletivo de mundo. Como dizem, é preciso de uma comunidade para educar uma criança, acrescento que é também preciso viver em comunidade para sobreviver a um projeto necropolítico de sociedade, principalmente para enfrentá-lo e derrubá-lo. Nesse sentido, agradeço a comunidade que construiu junto comigo esse estudo, nas suas diferentes formas de fazer parte dos meus dias e dos meus cuidados.

Sem dúvidas, meu primeiro agradecimento será destinado à minha inspiradora orientadora Tatiana. Sob seus cuidados, transformei-me verdadeiramente em uma pesquisadora. A confiança que me transmitiu em relação às minhas competências em produzir os textos escritos, impulsionou minha caminhada acadêmica, tornando-a dialeticamente profunda e leve. Foi uma experiência de trocas profundamente nutritivas e construtivas, e também com a leveza necessária para atravessar caminhos árduos.

Agradeço ao meu amado e cuidadoso companheiro de vida, sua presença forte e implicada durante esse processo de transformação. Saulo foi quem majoritariamente exerceu o trabalho do cuidado por nós, e que me permitiu poupar energias que foram destinadas para gestar e parir esse trabalho. No seu respeito e admiração pelos meus desejos e pelas minhas formas de concretizá-los, que confirmo no meu cotidiano que as relações de gênero são genuinamente passíveis de transformação. Sendo a pessoa mais esperançosa que conheço, não me permite desacreditar na transformação social. E acreditar move mundos e estruturas.

Agradeço à minha mãe e meu pai, tão presentes nesse momento de minha vida, que vibraram comigo a aprovação do mestrado, que cuidaram nos momentos de angústia e de sobrecarga, e que motivam e acreditam que há muito mais por vir. Apesar de todas as barreiras sociais e estruturais que produziram inseguranças e desconfianças nas minhas experiências de vida,

sobretudo acadêmicas e profissionais, de alguma forma me transmitiram tamanha confiança que me mantem acreditando que posso chegar muito longe. E digo longe, no sentido de romper e ultrapassar as barreiras impostas, e de ocupar o lugar que eu desejar. Desejo hoje seguir minha caminhada como pesquisadora, e alcançar um doutorado. E na confiança dela e dele em mim, confio também que chegarei lá.

Agradeço ao meu grande amigo de caminhada de vida, Raphael. Nossos diálogos me inspiraram e me permitiram sustentar desbravar esse tema de pesquisa. É outra pessoa que tenho na vida que acredita tanto em mim, que não há brecha para que eu mesma não acredite. Das vezes que duvidei sobre investigar os elementos abordados na dissertação, ele me lembrava da sensibilidade do meu olhar em reconhecer isso, e o quanto seria bonito escrever sobre algo tão instigante, além do lugar de possibilitar visibilizar tantas coisas do nosso dia a dia de trabalho, que tendemos a naturalizar para sustentar a exposição frequente. No seu cuidadoso apoio, pude me reposicionar frente à minha realidade e tecer uma nova história.

Agradeço a minha amiga de vida, Nis. Nossa amizade transterritorial e nossas conversas sobre xenofobia e racismo vivenciados por uma nortista no sul do Brasil, também potencializaram minhas reflexões sobre os desafios da migração e sobre a importância de redes de cuidado e do pertencimento às nossas comunidades. Juntamente com Raphael, são amizades que me permitem ter a sensação única de que nunca se estará só nessa vida, sempre haverá um colo para repousar, sarar as feridas, impulsionar para a próxima viagem e seguir transformando o mundo. Nis é sempre a lembrança da leveza que a vida pode ter quando confiamos na caminhada, para além do caminho que se pretende seguir.

Agradeço às minhas outras fortes redes de cuidado presente em diferentes amizades, em suas diversas formas, perto e longe, sendo Paulo, Welison, Clara, Juliana, Giulia, Isa, Renan, Sabrina, Sâmia, e outras muitas, muitas, muitos. Sinto-me muito amada por muitas pessoas, e acredito que a partir desse amor pude semear muitas sementes em solos férteis, e fui solo fértil de muitas sementes. Dessa vida a certeza que carrego é que amei e fui amada.

Por fim, agradeço às pessoas que estão participando desse momento histórico de minha vida, e que gentilmente se disponibilizaram a contribuir com a minha formação acadêmica e com a tecitura dos textos produzidos, em especial, ao professor Rafael, e as professoras Cláudia, Marta e Luciane. Dedicar tempo para compartilhar conhecimentos e apoiar na formação acadêmica de alguém é também cuidar. Um cuidado solidário com o/a outro/a, mas principalmente um cuidado

com a ciência e com os conhecimentos produzidos que tornam o mundo, mundo. Para transformar é preciso cuidar daquilo que produzimos sobre nós. E, o cuidado dispendido nesse momento com essa dissertação é comigo, mas é também coletivo, com aquilo que compartilharei com o mundo. Sou grata por dividir essa responsabilidade, e aprender a partir dela.

Encerro minha experiência de mestrado confiante para desbravar os novos desafios que estão por vir, com um arcabouço técnico e teórico mais robusto e com um imenso desejo de compartilhar tudo que aprendi, como pesquisadora, como professora, como psicóloga, como cidadã. Tive uma experiência muito saudável em meu processo de pós-graduação, e sou profundamente grata por isso. Atravessando uma pandemia, trabalhando com uma emergência humanitária, em um momento sócio histórico e político extremamente desfavorável para a produção de ciência no Brasil (e para viver), reconhecer-me saudável é mérito da minha rede de cuidados, da minha comunidade.

*Soy América Latina
Un pueblo sin piernas, pero que camina, ¡oye!
(Vamos caminando)
Aquí se respira lucha
(Vamos caminando)
Yo canto porque se escucha
(Vamos dibujando el camino) voces de um só coração
(Vamos caminando) aquí estamos de pie
¡Que viva la América!
No puedes comprar mi vida
(Calle 13)*

SUMÁRIO

Resumo	11
Abstract	12
Resumen	13
Apresentação da Dissertação	14
Resumo do Estudo 1	20
Resumo do Estudo 2	23
Considerações Finais da Dissertação	26
Referências da Dissertação	28
Apêndices	36
Apêndice A – Roteiro de entrevista	36
Apêndice B – Roteiro de entrevista traduzido	37
Apêndice C – Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE)	38
Apêndice D – Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) traduzido	40
Anexos	42
Anexo A – Título do Anexo	42

RESUMO

A migração forçada venezuelana imputou o deslocamento internacional de mais 7 milhões de pessoas até o final de 2022, sendo que 52% desse grupo são mulheres. Consiste no maior deslocamento da América Latina recente e, nesse contexto, o Brasil tornou-se o quinto destino migratório na região latino-americana. Condições socioeconômicas relacionam-se profundamente em como as famílias se organizam no território brasileiro, e como se articulam para produzir condições de vida, sobretudo, em situação de empobrecimento. Nesse sentido, foram produzidas, como estratégia de enfrentamento da exclusão social, organizações comunitárias nos espaços ocupados das quais as mulheres venezuelanas assumiram o papel de lideranças comunitárias. Historicamente as relações de gênero operam na vida das mulheres produzindo desigualdades sociais e de gênero, asseveradas na intersecção com outros marcadores sociais. Contudo, na experiência da exclusão social, também surge dialeticamente mobilizações de reivindicação, resistência e enfrentamento protagonizado por mulheres. Compreender como as relações familiares e comunitárias estão sendo tecidas nas experiências das mulheres migrantes e refugiadas venezuelanas no Brasil é assumir uma postura feminista interseccional que vislumbra romper com o escamoteamento das opressões vivenciadas por elas. Diante desse cenário e da necessidade de contribuir com a construção de conhecimentos situados, conduziu-se uma pesquisa exploratória qualitativa da qual derivaram dois estudos. O estudo 1 teve como objetivo apreender as vivências coletivas tecidas por mulheres venezuelanas lideranças comunitárias em Boa Vista/RR. O estudo 2, por sua vez, teve como objetivo compreender as vivências das mulheres venezuelanas lideranças comunitárias em Boa Vista/RR, em especial, como as relações familiares estão sendo tecidas frente ao processo migratório. Participaram da pesquisa três mulheres cisgênero venezuelanas que lideram comunidades migrantes venezuelanas em Boa Vista/RR. Para o processo de obtenção das informações foi utilizado um único roteiro de entrevista semiaberto, composto por perguntas relacionadas aos objetivos do estudo 1 e 2. Dentre as questões, foram contemplados o perfil sócio identitário das participantes e suas experiências migratórias, familiares e comunitárias. A interpretação dos dados foi desenvolvida a partir de uma análise construtivo-interpretativa e pautada em uma posição epistemológica feminista interseccional. Identificou-se no estudo 1, que as desigualdades sociais e de gênero operam na articulação das mulheres enquanto lideranças ao dificultar o acesso ao mercado de trabalho e mantê-las majoritariamente nas comunidades, corroborado por sua associação a domesticidade que mobilizou a extensão do trabalho do cuidado familiar para a comunidade. O enfrentamento comunitário protagonizado por elas produziu-se pela necessidade de resistir à exclusão social, articulado a partir de uma relação ética de cuidado, mas também sustentado pelo engendramento das relações de gênero. No estudo 2, identificou-se que as desigualdades sociais e de gênero são intensificadas nas experiências das mulheres venezuelanas ao serem duplamente responsabilizadas pelo trabalho do cuidado familiar e comunitário, produzindo dialeticamente a construção de redes comunitárias e sofrimento psicológico. Os impactos produzidos são engendrados na sobrecarga da gestão exclusiva dos cuidados frente a reduzida rede de apoio característica de contextos migratórios, mas principalmente pela ineficiência do poder público em atuar no enfrentamento das inequidades de gênero e, portanto, das desigualdades sociais.

Palavras-chave: Processos migratórios. Mulheres venezuelanas. Relações de gênero. Relações familiares. Relações comunitárias.

ABSTRACT

Venezuelan forced migration has led to the international displacement of more than 7 million people by the end of 2022, of which 52% are women. It is the largest recent displacement in Latin America and, in this context, Brazil has become the fifth largest migratory destination in the Latin American region. Socio-economic conditions are deeply related to how families organize themselves in Brazil and how they work together to produce living conditions, especially in situations of impoverishment. As a strategy for confronting social exclusion, community organizations have been set up in occupied spaces, in which Venezuelan women have taken on the role of community leaders. Historically, gender relations have operated in women's lives, producing social and gender inequalities, asseverated at the intersection with other social markers. However, in the experience of social exclusion, mobilizations of claim, resistance and confrontation led by women also arise dialectically. Understand how family and community relations are woven into the experiences of Venezuelan migrant and refugee women in Brazil is to take an intersectional feminist stance that aims to break with the concealment of the oppressions they experience. In view of this scenario and the need to contribute to the construction of localized knowledge, a qualitative exploratory study was conducted, from which two studies were derived. Study 1 aimed to understand the collective experiences of Venezuelan women community leaders in Boa Vista/RR. Study 2, in turn, aimed to understand the experiences of Venezuelan women community leaders in Boa Vista/RR, especially how family relationships are being woven in the face of the migration process. Three cisgender Venezuelan women who lead Venezuelan migrant communities in Boa Vista/RR participated in the research. A single semi-open interview script was used to obtain the information, composed of questions related to the study's objectives 1 and 2. The questions included the social and identity profile of the participants and their migratory, family and community experiences. The data was interpreted using a constructive-interpretative analysis and based on an intersectional feminist epistemological position. In study 1, it was identified that social and gender inequalities operate in the articulation of women as leaders by impeding access to the labour market and keeping them mostly in the communities, corroborated by their association with domesticity which mobilized the extension of family care work to the community. The community confrontation they led was produced by the need to resist social exclusion, articulated from an ethical relationship of care, but also sustained by the engendering of gender relations. In study 2, it was identified that social and gender inequalities are intensified in the experiences of Venezuelan women as they are made doubly responsible for family and community care work, dialectically producing the construction of community networks and psychological suffering. The impacts produced are engendered in the overload of exclusive care management in the face of the reduced support network characteristic of migratory contexts, but mainly by the inefficiency of the public authorities in confronting gender inequalities and, therefore, social inequalities.

Keywords: Migratory processes. Venezuelan women. Gender relations. Family relations. Community relations.

RESUMEN

La migración forzada venezolana ha provocado el desplazamiento internacional de más de 7 millones de personas hasta finales de 2022, de las cuales el 52% son mujeres. Se trata del mayor desplazamiento reciente en América Latina y, en este contexto, Brasil se ha consolidado como el quinto destino migratorio de la región latinoamericana. Las condiciones socioeconómicas están profundamente relacionadas con la forma en que las familias se organizan en Brasil y cómo trabajan juntas para producir condiciones de vida, especialmente en situaciones de empobrecimiento. En este sentido, se han creado organizaciones comunitarias en los espacios ocupados, como estrategia para enfrentar la exclusión social, donde las mujeres venezolanas han asumido el papel de liderazgo comunitaria. Históricamente, las relaciones de género han operado en la vida de las mujeres, produciendo desigualdades sociales y de género, aseveradas en la intersección con otros marcadores sociales. Sin embargo, en la experiencia de la exclusión social también surgen dialécticamente movilizaciones de reivindicación, resistencia y enfrentamiento protagonizadas por mujeres. Entender cómo las relaciones familiares y comunitarias se entretejen en las experiencias de las mujeres venezolanas migrantes y refugiadas en Brasil es asumir una postura feminista interseccional que aspire a la ruptura con la opresión que viven. Dado este escenario y la necesidad de contribuir con la construcción de conocimiento situado, se realizó un estudio exploratorio cualitativo del cual se derivaron dos estudios. El estudio 1 tuvo como objetivo comprender las experiencias colectivas de las líderes comunitarias venezolanas en Boa Vista/RR. El Estudio 2, por su vez, tuvo como objetivo comprender las experiencias de las mujeres líderes comunitarias venezolanas en Boa Vista/RR, especialmente cómo se están tejiendo las relaciones familiares frente al proceso migratorio. Participaron en la investigación tres mujeres venezolanas cisgénero que lideran comunidades de migrantes venezolanos en Boa Vista/RR. Para la obtención de la información se utilizó un único script de entrevista semiabierto, compuesto por preguntas relacionadas con los objetivos 1 y 2 del estudio. Las preguntas incluían el perfil socio-identitario de las participantes y sus experiencias migratorias, familiares y comunitarias. La interpretación de los datos se realizó mediante una análisis constructivo-interpretativo y basado en una posición epistemológica feminista interseccional. En el estudio 1 se constató que las desigualdades sociales y de género afectan la articulación de las mujeres como líderes, al dificultar su acceso al mercado de trabajo y mantenerlas mayoritariamente en las comunidades, corroborado por su asociación con la domesticidad, que movilizó la extensión del trabajo de cuidado familiar a la comunidad. El enfrentamiento comunitario que lideraron fue producido por la necesidad de resistir a la exclusión social, articulada a partir de una relación ética de cuidado, pero también sustentada en el engendramiento de las relaciones de género. En el estudio 2, se identificó que las desigualdades sociales y de género se intensifican en las experiencias de las mujeres venezolanas al ser doblemente responsabilizadas por el trabajo de cuidado familiar y comunitario, produciendo dialécticamente la construcción de redes comunitarias y sufrimiento psicológico. Los impactos producidos se engendran en la sobrecarga de la gestión exclusiva del cuidado frente a la reducida red de apoyo característica de los contextos migratorios, pero sobre todo por la ineficacia de los poderes públicos para enfrentar las desigualdades de género y, por lo tanto, las desigualdades sociales.

Palabras claves: Procesos migratorios. Mujeres venezolanas. Relaciones de género. Relaciones familiares. Relaciones comunitarias.

APRESENTAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

O interesse pelo tema pesquisado ao longo do curso do programa de pós-graduação que culminou nos estudos que serão apresentados surgiu de minha experiência profissional como trabalhadora humanitária, dos potentes diálogos com minha orientadora sobre feminismos e resistências políticas, e de minha própria história migrante. Acreditamos que na produção de conhecimentos situados, localizar o lugar de encontro dos fenômenos pesquisados com o corpo que se habita e o território que se compartilha, é também imprimir uma posição política. Nesse sentido, apresento quem sou e minha trajetória para que conheçam duas das quatro mãos que teceram essa pesquisa. E, que bordou especificamente essa tecitura pelas histórias que carrega um corpo racializado, periférico e migrante.

Sou mulher negra, migrante nordestina criada no extremo norte do país, na cidade de Boa Vista, capital do estado de Roraima, fronteira do Brasil com a Venezuela e a Guiana. O processo migratório de minha família faz parte de uma movimentação histórica de migração na região Norte do país, principalmente, de pessoas do Nordeste brasileiro que buscavam melhorias nas condições de vida. Meu chamado para trabalhar com migração, surgiu de um tema de interesse anterior: relações de gênero e feminismos. A partir da participação em um projeto social em que mediei oficinas de gênero com mulheres migrantes venezuelanas, maranhenses e indígenas (tema que inicialmente pretendia abordar em minha dissertação), descobri a potência política do encontro de mulheres que partilham um lugar comum – migrar –, porém, com implicações diferentes para cada uma delas em virtude de marcadores sociais distintos e contextos sócio-políticos, econômicos e culturais diversos. Foi o início da minha tomada de consciência sobre interseccionalidades. No encontro com as histórias compartilhadas nesse grupo, resgatei a minha história de migração e seus atravessamentos, e a partir de então, sigo comprometida com as vidas migrantes e suas reivindicações.

Após apresentar minhas motivações para trabalhar com migração e que despertaram o interesse em pesquisar o tema, descrevo alguns pontos importantes sobre o território para facilitar a compreensão do contexto pesquisado. A migração compõe a história de Roraima não somente em virtude de sua tríplice fronteira internacional, que influenciou a culinária, os produtos consumidos, os costumes locais, os ritmos musicais etc., mas também em virtude dos processos migratórios internos que estruturaram as relações sociais no estado. Nas décadas de 1950/1960, a partir de políticas governamentais de ocupação de territórios com fins de exploração econômica e

domínio territorial, foram mobilizados grandes processos migratórios do Nordeste para o Norte do país, que produziram os ciclos da borracha, avanço da mineração, expansão agropecuária etc. (Carla Souza & Francisco Nogueira, 2015¹).

É importante marcar uma posição política, lembrando que o território sempre foi ocupado por povos originários indígenas de diferentes etnias. A migração alicerçada em discursos de avanço econômico e desenvolvimento social do país, intensificada durante o período da ditadura civil-militar no Brasil, além de ter promovido a destruição ambiental da Amazônia, produziu distintos processos genocidas de povos indígenas, como os *Waimiri Atroari*, principalmente durante a construção da BR-174 que conecta Roraima ao Amazonas (Nathanael Pereira, 2022). Ou seja, um projeto necropolítico que além de ter relegado muitas pessoas migrantes nordestinas à exclusão social, ainda penalizou os povos originários que habitavam o território.

O processo migratório característico de Roraima, que teceu uma cultura composta por elementos indígenas e nordestinos, é ilustrado em poesias e composições musicais locais, como na canção do poeta roraimense Eliakin Rufino: “*Quem é filho do norte, é neto do Nordeste. Sou chuva da floresta, sou mandacaru do agreste. [...] Sou farinha de caboclo, eu sou cabra da peste*”. Apesar da riqueza e potência política que a diversidade cultural promove, nesse contexto migratório foram produzidas novas condições de exclusão social, como a migração indígena para cidade em virtude do desmatamento e da contaminação dos rios que impedem suas práticas tradicionais. Além disso, promoveu e fortaleceu o garimpo ilegal em terras indígenas, e condições precárias de trabalho nos contextos rurais e urbanos, exercido majoritariamente por migrantes nordestinos/as empobrecidos/as. E, ainda, relegou as mulheres nordestinas empobrecidas, inclusive crianças e adolescentes, a prostituição e exploração sexual nos espaços de garimpo e extração de madeira legal e ilegal (Angelina Parreras, Silva Aquino, 2023& Adriana Santos, 2013).

Hoje, além de contar com a presença de netos/as e filhos/as do Nordeste, esses espaços que concentram nordestinos/as e nortistas excluídos/as socialmente, estão sendo ocupados também por pessoas migrantes venezuelanas. É importante resgatar esses elementos históricos, relacionados aos processos migratórios em Roraima, para compreender a forma como as relações sociais são tecidas e articuladas, sejam nas ações de solidariedade da comunidade anfitriã ou em suas reações

¹ Optamos por adotar o uso do prenome e sobrenome das/os autoras/es como postura política de visibilização das produções tecidas por mulheres, historicamente invisibilizadas.

xenofóbicas, mas também nos espaços sociais “disponíveis” e naturalizados para as pessoas migrantes, como o subemprego, as periferias, a ausência de moradia, etc.

Desde de 2017, acompanho com mais atenção o processo migratório venezuelano e suas diferentes fases, como a chegada das agências da Organização das Nações Unidas (ONU), Organizações Não-Governamentais (ONGs) e Organizações da Sociedade Civil (OSC), e da Operação Acolhida² nas cidades de Boa Vista e Pacaraima (cidade brasileira fronteira com a Venezuela). Presenciei a construção dos abrigos e a complexidade de mantê-los como temporários, as ações de solidariedade e as manifestações xenofóbicas da comunidade brasileira, e os discursos e posturas discriminatórias de profissionais de saúde, da assistência social, da educação etc. Ainda, testemunhei o advento da pandemia da COVID-19 e o desespero frente a impossibilidade de prover isolamento nos abrigos superlotados, em que duas famílias dividiam a mesma *carpa*³.

Entre 2020 e 2021, quando trabalhava em uma OSC, acompanhei em atividades de campo *in loco*, como as comunidades foram se organizando para sobreviver à pandemia. Visitava semanalmente a comunidade *Ka’Ubanoko*⁴ para levar principalmente alimentação e informações seguras. Durante a pandemia, com o fechamento das fronteiras internacionais, agravaram-se as vulnerabilidades das pessoas migrantes, em especial, em virtude da impossibilidade de regularização migratória, que produzia o medo da deportação sumária (foram travadas diversas tentativas inconstitucionais de deportação⁵) e, logo, o receio em buscar assistência, inclusive em situações graves de saúde.

Entre 2021 e 2022, atuando na mesma organização, porém, em um cargo de gestão de projetos, acompanhei indiretamente (através de visitas técnicas e de apoio local e remoto), as comunidades que se instituíram após o processo de desocupação do *Ka’Ubanoko* em Roraima. Além disso, acompanhei comunidades migrantes venezuelanas e suas articulações em outros territórios brasileiros, em região de fronteira internacional no Norte do Brasil como o Acre e

² Força-tarefa do Governo Federal em resposta a migração venezuelana para o Brasil.

³ Estrutura nos abrigos que simulam uma pequena casa.

⁴ A maior comunidade venezuelana em Roraima, fruto de ocupação espontânea em terreno público, que chegou a concentrar mais de mil pessoas indígenas e não indígenas venezuelanas. O processo de desocupação do espaço ocorreu no início de 2021, liderado pela Operação Acolhida.

⁵ Tentativa de deportação sumária: [PF invade abrigo com mais de 50 mulheres e crianças venezuelanas em RR e ação cobra indenização por danos morais | Roraima | G1 \(globo.com\)](#). A partir de uma ação de enfrentamento conjunta e coordenada coletivamente, com o apoio de diferentes atores e atrizes atuante na pauta migratória, foi possível reverter o quadro crescente de tentativas de deportação sumária. A ação foi premiada internacionalmente: [Ação para evitar deportação de venezuelanos conquista 3º lugar em prêmio internacional – DPU – Direitos Humanos](#)

Rondônia, e também atuei em outros estados como Pará e Píauí, que concentra majoritariamente comunidades indígenas venezuelanas da etnia *Warao*. A partir dessa trajetória, e em contato com as discussões feministas sobre gênero e desigualdades sociais, reconheci que apesar de as mulheres serem mais intensamente vulnerabilizadas, sobressaltava também um movimento de enfrentamento e reivindicação protagonizado principalmente por elas, e que possibilitava o fortalecimento de outras mulheres para sobreviverem as iniquidades imputadas às migrantes no Brasil.

Em virtude dos desafios próprios de contextos migratórios forçados, agravado pela ineficiência e ausência do poder público em construir uma resposta humanitária humanizada e sustentável que fortalecesse as redes intersetoriais, diferentes estratégias de resistência coletiva foram produzidas. Em Roraima, as pessoas migrantes e refugiadas⁶ venezuelanas encontram-se majoritariamente em condição de pobreza e extrema pobreza (Cáritas Brasileira, 2022). Enfrentam muitas dificuldades para acessar condições de vida material, sendo destinado a elas o subemprego, exploração laboral, precariedade nas relações de trabalho, até o trabalho análogo a escravidão (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados [ACNUR]⁷, 2022 & Leonardo Cavalcanti et al., 2021). Nesse cenário, na ausência de recursos financeiros suficientes para custear as necessidades básicas, como alimentação, produtos de higiene, e em alguns casos até medicações, financiar um aluguel torna-se um grande desafio. Nesse sentido, as famílias migrantes se juntaram para compartilhar os recursos materiais disponível, produzindo relações comunitárias em diferentes espaços como ocupações espontâneas em prédios e terrenos públicos e privados, e em aluguéis que geralmente concentram um número grande de pessoas em um espaço com condições precárias.

A produção de arranjos comunitários em contextos de pobreza consiste em uma estratégia histórica de enfrentamento das desigualdades sociais (Carlos Costa-Silva et al., 2022). Essas tecituras comunitárias para a gestão da vida no novo território produzem impactos importantes quando pensamos nas relações de gênero. As desigualdades sociais e de gênero são acentuadas em contextos migratórios, e as mulheres enfrentam condições de desigualdades específicas, sobretudo, quando na intersecção de diferentes marcadores sociais (Tânia Tonhati & Lorena Pereda, 2021;

⁶ Pessoas de nacionalidade venezuelana no Brasil são elegíveis para a solicitação de refúgio como status migratório. Isso implica na proteção internacional que impede a deportação e repatriação, considerando os riscos envolvidos de retornar ao país de origem, além de assegurar o acesso à documentação em condições especiais. Optou-se por utilizar o termo migrante no geral por ser mais abrangente, porém, dadas as singularidades e riscos envolvidos nesse processo migratório que difere de outras migrações de cunho econômico, consideramos importante resgatar e relembrar ao longo do texto dessa condição específica de migração.

⁷ Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR).

Rita Rosa et al., 2019; Hirata, 2014; Roberta Peres & Rosana Baeninger, 2013, Sònia Parella-Rubio, 2012). Compreende-se gênero como elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos e, ainda, como uma forma primária de dar significado às relações de poder (Joan Scott, 1995). Partindo dessa compreensão e, tendo em vista que o gênero é um dos eixos centrais que organiza a experiência no mundo social, e que os impactos dessas formas de relações estabelecidas não estão restritas às mulheres, ressalta-se que incorporá-lo ao estudo de fluxos migratórios permite, para além de descrever as diferenças entre mulheres e homens, avançar na compreensão das experiências das mulheres em aspectos específicos como mercado de trabalho, relações familiares, vida social e comunitária etc.

No cenário migratório em Roraima, as venezuelanas ocupam majoritariamente os espaços de lideranças das comunidades migrantes, participando da articulação das demandas das famílias que compõem as comunidades desde a gestão dos conflitos interpessoais à mediação para acesso a regularização migratória, serviços de saúde, educação, assistência social etc. Além disso, representam as comunidades venezuelanas na reivindicação de direitos, sobretudo, nos processos de resistência a desocupações e no acesso a moradia. E, ainda, ocupam um lugar de enfrentamento das desigualdades de gênero através da solidariedade política com as mulheres das comunidades, que se defrontam com dificuldades tecidas no encontro da experiência migratória com relações de gênero estruturalmente desiguais. Nesse sentido, surgiu a inquietação em conhecer a realidade dessas mulheres que ocupam a função de representação comunitária, em especial, como as relações familiares e comunitárias são tecidas nesse contexto social, reconhecendo o potencial político da presença de mulheres na reivindicação das demandas comunitárias e das demandas específicas delas próprias.

Para tanto, foram produzidos dois estudos qualitativos, construídos a partir de entrevistas semiestruturadas com as mulheres venezuelanas que lideram comunidades migrantes em Boa Vista. O estudo 1, que tem como título **“Enfrentamento comunitário das desigualdades sociais por mulheres migrantes venezuelanas no Brasil”**, teve como objetivo apreender as vivências coletivas tecidas por mulheres-venezuelanas-lideranças-comunitárias em Boa Vista/RR, foi submetido para avaliação da Revista Estudos de Psicologia (Natal). O estudo 2, intitulado **“Mulheres venezuelanas e relações familiares/comunitárias no Brasil”**, que teve como objetivo compreender as vivências das mulheres venezuelanas lideranças comunitárias no Brasil, em especial, como as relações familiares estão sendo tecidas frente ao processo migratório, foi

submetido para apreciação da Revista Estudos Feministas. Todas as prerrogativas éticas dispostas na resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, no que tange à regulamentação das pesquisas com seres humanos foram cumpridas, tendo aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (Parecer 5.539.549). As participantes documentaram seu consentimento por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), sendo os documentos entregues em português e espanhol, respeitando o acesso às informações em sua língua materna.

Espera-se que os estudos apresentados contribuam com a literatura no campo dos estudos de gênero e processos migratórios, com a implementação de ações e políticas públicas orientadas para a população migrante, e com os debates sobre as condições de vida das comunidades migrantes no Brasil, em especial, sobre as desigualdades experienciadas pelas mulheres venezuelanas no país. Ademais, que os dados e as análises produzidas colaborem com a construção de novos estudos que contribuam com a produção de estratégias de enfrentamento das desigualdades sociais e, logo, com a transformação social.

RESUMO DO ESTUDO 1

Enfrentamento comunitário das desigualdades sociais por mulheres migrantes venezuelanas no Brasil⁸

Community confrontation of social inequalities by Venezuelan migrant women in Brazil

Enfrentamiento comunitario de las desigualdades sociales por mujeres migrantes venezolanas en Brasil

O maior deslocamento da América Latina recente consiste na migração forçada venezuelana. Até o final de 2022, mais de 7 milhões de pessoas se deslocaram para fora do país, sendo que 52% das pessoas venezuelanas que migraram internacionalmente são mulheres (Plataforma de Coordenação Interagencial para Refugiados e Migrantes da Venezuela [R4V], 2023; United Nations High Commissioner for Refugees [UNHCR], 2023). No encontro da experiência migratória com processos históricos de subalternização das mulheres, as venezuelanas vivem as desigualdades produzidas na intersecção de diferentes marcadores sociais. Nesse sentido, destaca-se a importância dos estudos feministas para a compreensão das dinâmicas migratórias, a fim de identificar como as relações sociais e de gênero estão sendo tecidas durante o processo de deslocamento e no novo espaço de vida (Monica Boyd & Elizabeth Grieco, 2003; Roberta Peres & Rosana Baeninger, 2013). Aprofundar os conhecimentos sobre as dinâmicas e interdependências nas relações sociais, como as relações de gênero produzidas em contextos migratórios, possibilita avançar na luta contra as múltiplas formas conjugadas de opressão (Helena Hirata, 2014). Para tanto, um olhar interseccional permite compreender como as categorias sociais se encontram e produzem impactos nas relações sociais (Patricia Collins & Sirma Bilge, 2020), a fim de não escamotear as experiências de opressão específicas vivenciadas pelas mulheres venezuelanas no Brasil. Cláudia Mayorga (2014), ao discorrer sobre as contribuições do feminismo à psicologia social comunitária, adverte sobre a importância da produção de análises baseadas na interseccionalidade por permitirem compreender como os sistemas de poder operam na naturalização das desigualdades, no engendramento das relações público e privada e na relação entre igualdade e diferença. Na produção das relações sociais, as possibilidades de ocupar espaços

⁸ Autoras: Elis Moura Marques e Tatiana Machiavelli Carmo Souza. Artigo submetido à Revista Estudos de Psicologia (Natal), aguardando decisão editorial.

da vida pública e privada são historicamente diferenciados para mulheres e homens, sendo naturalizada a relação das mulheres à domesticidade e a vida privada, e aos homens a vida pública e os espaços representativos e de poder (Flávia Biroli, 2018). As condições socioeconômicas das pessoas migrantes e refugiadas venezuelanas, que se encontram majoritariamente em situação de pobreza e extrema pobreza em Boa Vista, produziu arranjos diversos para sobreviverem no novo contexto, como a vida em comunidades em espaços de ocupações espontâneas, nos abrigos institucionalizados e em aluguéis precarizados (Cáritas Brasileira, 2022). Organizar-se a partir de comunidades consiste em uma estratégia de sobrevivência coletiva, no qual o enfrentamento das desigualdades sociais se dá a partir do compartilhamento dos reduzidos e precários recursos materiais e do fortalecimento do senso de coletividade (Carlos Costa-Silva et al., 2022). No processo migratório venezuelano para o Brasil, questões socioeconômicas estão intimamente relacionadas ao modo como as famílias se organizam nos novos territórios e como se articulam para produzirem condições de vida. Diante desse cenário, as venezuelanas têm assumido o papel de lideranças das comunidades protagonizando o enfrentamento comunitário da exclusão social. Com o objetivo de apreender as vivências coletivas tecidas por mulheres venezuelanas lideranças comunitárias em Boa Vista/RR, foi realizado um estudo exploratório de caráter qualitativo, no qual participaram três mulheres cisgênero venezuelanas que lideram comunidades de pessoas migrantes e refugiadas venezuelanas na cidade de Boa Vista/Roraima. A escolha do tema e das participantes do estudo surgiu a partir da experiência profissional da primeira autora, enquanto trabalhadora humanitária, ao identificar a presença majoritária de mulheres ocupando cargos de lideranças das comunidades venezuelanas na referida cidade. Para o processo de obtenção das informações, foi utilizado um roteiro de entrevista semiaberto, composto por questões relacionadas ao perfil sócio identitário das participantes e suas experiências migratórias, familiares e comunitárias. As entrevistas foram conduzidas presencialmente em setembro de 2022, e foram áudiogravadas e transcritas na íntegra. A interpretação dos dados foi desenvolvida a partir de uma análise construtivo-interpretativa (Fernando González-Rey, 2017), e buscou acessar conceitos expressos, significados atribuídos e afetos mobilizados pela experiência migratória. Ainda, partiu-se de uma posição epistemológica feminista interseccional para a interpretação dos dados, considerando que na construção de uma análise alicerçada no feminismo, é necessária uma objetividade corporificada através de saberes localizados, sendo essa localização parcial, crítica e traduzida em multiplicidades heterogêneas (Donna Haraway, 2009). Identificou-se que as desigualdades sociais

e de gênero operam na organização das mulheres enquanto lideranças ao dificultar o acesso ao mercado de trabalho e mantê-las majoritariamente nas comunidades. Além disso, as dificuldades para acessar o mercado de trabalho, pelas mulheres, reforçou a presença majoritária delas nas comunidades e suas responsabilidades na gestão comunitária. A ineficiência e ausência do Estado em acompanhar as necessidades das comunidades contribui para a produção da relação de responsabilidade das lideranças pela proteção social das famílias. Apesar das condições de desigualdade social e de gênero que promoveram a constituição do papel das mulheres venezuelanas como lideranças comunitárias, destaca-se a potência política de ocupar uma função de representação comunitária que se traduziu na visibilização dos desafios travados pelas famílias e comunidades, potencializando o alcance das demandas na agenda pública. Diante da pobreza e das precárias condições de vida, o enfrentamento comunitário protagonizado pelas mulheres foi tecido como estratégia de resistência à exclusão social, articulado a partir de uma relação ética de cuidado, porém, produzido também pelo engendramento das relações de gênero que imputaram desigualdades nas experiências delas face ao novo contexto de vida. Por fim, afirma-se que as mulheres lideranças comunitárias venezuelanas ocupam um lugar de potência política inestimável. A partir da construção de estratégias de enfrentamento comunitário às desigualdades vivenciadas pelas comunidades migrantes venezuelanas em Boa Vista, elas assumem o compromisso de lutar para que as comunidades sobrevivam, resistam e prosperem, rompendo com um cenário sócio-político que vislumbra fragilizar vínculos, isolar pessoas e desarticular as lutas por um mundo melhor. Ainda, relembram que a transformação social sempre se dará através da coletividade e da solidariedade política.

Palavras-chave: processos migratórios; mulheres venezuelanas; relações de gênero; desigualdades sociais; psicologia social comunitária.

RESUMO DO ESTUDO 2

Mulheres venezuelanas e relações familiares/comunitárias no Brasil⁹

Venezuelan women and family/community relations in Brazil

Mujeres venezolanas y relaciones familiares/comunitarias en Brasil

As mulheres migrantes e refugiadas venezuelanas correspondem a 52% das pessoas que se deslocaram internacionalmente originárias da Venezuela, que já somam mais de 7 milhões de pessoas em todo o mundo (Plataforma de Coordenação Interagencial para Refugiados e Migrantes da Venezuela [R4V], 2023; United Nations High Commissioner for Refugees [UNHCR], 2023). Como discute Sònia Parella-Rubio (2012), a migração promove a renegociação dos papéis de gênero, provocando a reestruturação das assimetrias de gênero, e essas mudanças podem produzir novas relações de desigualdade. Além dos desafios relacionados à discriminação pautados em discursos racistas e xenofóbicos, e enfrentando a subjugação e exploração em virtude das relações de gênero produzidas historicamente que dificultam suas inserções sócio laborais (Rosa et al., 2019; Martha Souza, 2019), as mulheres venezuelanas ainda enfrentam os obstáculos relacionados a gestão de suas vidas familiares durante seus processos migratórios. A migração é um importante fator na produção das relações de gênero e nas transformações nos modos de organização das famílias. Diferentes pesquisadoras/es no campo dos estudos de gênero e dos processos migratórios levantam como uma discussão importante a responsabilização exclusiva e compulsória das mulheres no exercício do cuidado dos membros familiares que se encontram no país de origem, como filhos/as, mães e pais idosos/os (Paula Dornelas, 2022; Eloah Vieira, 2020; Manoela Carpenedo & Henrique Nardi, 2017). Flávia Biroli (2018), afirma que o cuidado precisa ser compreendido como um problema político. O debate feminista sobre essa dimensão da experiência humana questiona a despolitização das relações da esfera privada, reafirmando a premissa de que o pessoal é político e, portanto, precisa compor as agendas públicas. A invisibilização das vivências da vida privada, como as relações de cuidado, e sua despolitização implica na exclusão de importantes debates de enfrentamento das desigualdades sociais, tais como as desigualdades de gênero, que são acentuadas nos processos migratórios. A ausência de ações efetivas promovidas pelo Estado que atendam às necessidades das comunidades migrantes favorece a manutenção das

⁹ Autoras: Elis Moura Marques e Tatiana Machiavelli Carmo Souza. Artigo submetido à Revista Estudos Feministas, aguardando decisão editorial.

mulheres exercendo funções de cuidados de forma exclusiva e compulsória. Reconhecer o cuidado como trabalho essencial é romper com a invisibilização das complexas relações tecidas para sua gestão, que compulsoriamente destina as mulheres para o exercício remunerado e não remunerado do cuidado, pautado na desvalorização de sua importância social. Compreendê-lo como problema político é reconhecer que as desigualdades sociais produzirão relações de cuidado pautado na exploração de corpos específicos, como as mulheres, em especial as mulheres em situação de pobreza, como as mulheres migrantes venezuelanas no Brasil. Portanto, apreender como as relações da esfera privada e familiar se articulam na construção das relações de cuidado em contextos migratórios, possibilita identificar como as relações gênero são estabelecidas e como podem intensificar as desigualdades sociais e de gênero. Para tanto, o estudo buscou compreender as vivências das mulheres venezuelanas lideranças comunitárias no Brasil, em especial, como as relações familiares estão sendo tecidas frente ao processo migratório. Consistiu em uma pesquisa exploratória de caráter qualitativo, utilizando-se de um roteiro de entrevista semiaberto composto por questões relacionadas as experiências migratórias, familiares e comunitárias das participantes, além das informações sócio identitárias. Participaram do estudo três mulheres cisgênero venezuelanas que lideram comunidades de pessoas migrantes e refugiadas venezuelanas na cidade de Boa Vista/Roraima. A interpretação dos dados foi desenvolvida a partir de uma análise construtivo-interpretativa (Fernando González-Rey, 2017) e pautada em uma posição epistemológica feminista interseccional (Donna Haraway, 2009). Identificou-se que as desigualdades sociais e de gênero são intensificadas nas experiências das venezuelanas por serem duplamente responsabilizadas pelo trabalho do cuidado familiar e comunitário. Como reiterado pelas participantes, em contextos migratórios é imputado às mulheres migrantes responsabilidades pelas famílias e pela provisão dos cuidados, somado aos desafios de acessar meios de vida para garantir o sustento próprio e das famílias que se deslocaram juntamente ou que se encontram no país de origem. Em um movimento de solidariedade política como estratégia de enfrentamento às desigualdades, as participantes - mulheres venezuelanas lideranças comunitárias - se responsabilizaram também pelas comunidades. Na experiência da maternidade solo de outras mulheres, exerceram um importante papel de apoio frente as ausências dos genitores e a ineficiência do Estado em prover condições reparadoras da exclusão social. Destaca-se que esse cenário de desigualdades também produz impactos significativos no âmbito da saúde mental, como identificado nas experiências das participantes e em outros estudos produzidos. Esses impactos são

engendrados na sobrecarga da gestão exclusiva dos cuidados frente a reduzida rede de apoio característica de contextos migratórios, mas principalmente pela ineficiência do poder público em atuar no enfrentamento das inequidades de gênero e, portanto, das desigualdades sociais. Problematicar como as famílias se organizam em processos migratórios e como o trabalho do cuidado é tecido, possibilita compreender como as relações de gênero são produzidas nesses contextos, a fim de identificar a possível acentuação das assimetrias de gênero. Somente a partir do reconhecimento e visibilização da opressão, dominação e exclusão social que será possível avançar no fortalecimento das estratégias de enfrentamento das desigualdades sociais, e com isso, potencializar o enfrentamento das desigualdades de gênero. Assumir o cuidado na sua dimensão política é também convocar o Estado a responsabilizar-se por seus deveres garantidos constitucionalmente e em legislações específicas, a provisão de condições de reparação das desigualdades vivenciadas pelas mulheres em suas diversidades, em especial as que se encontram mais intensamente vulnerabilizadas como as venezuelanas no Brasil.

Palavras-chave: processos migratórios; mulheres venezuelanas; relações de gênero; feminismo interseccional; desigualdades sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS DA DISSERTAÇÃO

A tecitura dessa dissertação é fruto do desejo das pesquisadoras em participar do enfrentamento das desigualdades sociais vivenciadas pelas venezuelanas no Brasil. Acreditamos que visibilizar como o encontro de diferentes marcadores sociais imprimem condições desiguais de vida para mulheres, mães, migrantes, lideranças comunitárias e venezuelanas, é potencializar a construção de ações mais efetivas que contemplem suas demandas específicas. Além disso, identificar como a exclusão social marca a trajetória dessas mulheres em seus cotidianos, possibilitou problematizar o lugar do Estado na manutenção das desigualdades sociais e de gênero em nosso país. Portanto, os estudos produzidos somam-se à literatura dos estudos de gênero e migrações internacionais de mulheres com o potencial de subsidiar novos achados teóricos e, sobretudo, de apoiar a implementação de ações e políticas públicas que vislumbrem reparar os danos produzidos e promover uma vida justa e digna para todas as pessoas.

Nos estudos desenvolvidos foi possível identificar que as desigualdades sociais e de gênero são intensificadas nas experiências das mulheres venezuelanas lideranças comunitárias ao responsabilizá-las duplamente pela gestão de cuidados familiares (da família que migrou juntamente e da família que permaneceu no país de origem) e comunitários. Esse apoio comunitário é especialmente importante na experiência das mães solas, sobretudo face a ineficiência e a própria ausência do Estado em prover condições reparadoras da exclusão social, como por exemplo o acesso a creches e apoio na empregabilidade das mulheres migrantes. Nesse cenário de desigualdades, foram e são produzidos também impactos significativos no âmbito da saúde mental delas e de suas famílias.

Ainda, identificou-se que a articulação comunitária para o exercício das mulheres como lideranças relaciona-se com as responsabilidades socialmente instituídas as elas, a partir da associação histórica das mulheres à domesticidade, estendendo suas atuações do espaço familiar para a comunidade. Além disso, as dificuldades em acessar a empregabilidade, comparada a experiência de vida dos homens migrantes, imputou a permanência das mulheres nas comunidades, assim como o exercício do trabalho não remunerado do cuidado. Contudo, essas tecituras comunitárias que possibilitaram a presença das mulheres como representantes e porta-vozes das comunidades produziram a potencialização do alcance das demandas comunitárias na agenda pública, reivindicando a atenção do Estado às necessidades específicas das mulheres e das famílias

que compõem as comunidades. Ou seja, apesar das relações sociais atuais operarem na manutenção das desigualdades de gênero, as mulheres revolucionaram e amplificaram as vozes das comunidades, enfrentando coletivamente a exclusão social.

Identificamos como uma singularidade na produção dos estudos a quantidade de participantes (considerando que a presença de um número maior de pessoas enriqueceria ainda mais os resultados e a discussão dos dados), que se deu em virtude das vicissitudes que compõem o percurso no Mestrado Acadêmico e da complexidade para o acesso a outras lideranças comunitárias. Essas condições estão relacionadas desde os deslocamentos territoriais a comunidades afastadas até a própria disponibilidade de participação, especialmente considerando que consiste em um contexto migratório que envolve condições de refúgio. Durante a análise de dados, reconhecemos que algumas questões que compuseram o roteiro de entrevista, não foram suficientes para abarcar as informações que consideramos que aprofundariam ainda mais a discussão, como o auto reconhecimento do lugar que as mulheres ocupam no mundo e de como o processo migratório foi e é interpelado por isso. Nesse sentido, sugerimos que novos estudos aprofundem o tema, inclusive em outros territórios brasileiros, com outros fluxos migratórios internos e internacionais. Ainda, destacamos o ineditismo do tema pesquisado, demandando articulações teóricas mais aprofundadas, que tornaram o exercício de produção de conhecimento ainda mais árduo.

Por fim, resgato as palavras de Ângela Davis (1994), que reivindicou o lugar das mulheres negras no movimento feminista, “Precisamos nos esforçar para ‘erguer-nos enquanto subimos’. Em outras palavras, devemos subir de modo a garantir que todas as nossas irmãs, independentemente da classe social, assim como todos os nossos irmãos, subam conosco” (p.18). Reconhecer como as mulheres ao nosso redor se encontram é se comprometer em não deixarmos irmãs para trás, sendo oprimidas, dominadas, excluídas. Ao identificar no território habitado e compartilhado com as *hermanas venezolanas* as relações de subjugação, exploração e subserviência ancoradas no machismo e na xenofobia, e no encontro com outra irmã na luta e enfrentamento das desigualdades de gênero a partir da produção de conhecimento crítico e implicado, nasceu nossa forma de contribuir com a luta dessas mulheres para potencializar suas reivindicações. Conhecimento é poder. E poder nas mãos de mulheres revoluciona e transforma o mundo.

REFERÊNCIAS

- Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. (2022). *Diagnósticos para a promoção da autonomia e integração local de pessoas refugiadas e migrantes venezuelanas em Roraima e Manaus: setor produtivo e potencialidades*.
- Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. (2021). *Os Warao no Brasil: Contribuições da antropologia para a proteção de indígenas refugiados e migrantes*.
- Andrade, Cristiane Batista, Bitencourt, Silvana Maria, Santos, Daniela Lacerda & Vedovato, Tatiana Giovanelli. (2020). Venezuelanas no Brasil: trabalho e gênero no contexto da Covid-19. In Rosana Baeninger; L. R. Vodovato & S. Nandy (coords.). *Migrações internacionais e a pandemia de Covid-19*. (pp. 426-434). UNICAMP/Núcleo de Estudos de População Elza Berquó. [miginternacional.pdf\(unicamp.br\)](https://miginternacional.pdf(unicamp.br))
- Biroli, Flávia. (2014). O público e o privado. In L. F. Miguel & F. Biroli. *Feminismo e política: uma introdução*. Editora Boitempo.
- Biroli, Flávia. (2018). *Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil*. Editora Boitempo.
- Bomtempo, Daniele Cristina. (2019). Migração internacional, economia urbana e territorialidades. *Boletim Goiano De Geografia*, 39, 1–26.
<https://doi.org/10.5216/bgg.v39i0.55885>
- Briceño-León, R. (2018). *La modernidade mestiza: Estudios de sociologia venezolana*. Alfa Digital.
- Boyd, Monica & Grieco, Elizabeth. (2003). Women and Migration: Incorporating gender into international migration theory. *The online journal of the migration policy institute*.
[Article: Women and Migration: Incorporating Gender.. | migrationpolicy.org](https://migrationpolicy.org/Article:WomenandMigration:IncorporatingGender..)

- Cavalcanti, Leonardo; Oliveira, Tadeu & Silva Bianca G. (2021). *Relatório Anual 2021 – 2011-2020: Uma década de desafios para a imigração e o refúgio no Brasil*. OBMigra. [Relatório Anual - Completo.pdf \(mj.gov.br\)](https://www.mj.gov.br/relatorio-anual-completo.pdf)
- Campos, Marta Silva & Teixeira, Solange Maria (2010). Gênero, família e proteção social: as desigualdades fomentadas pela política social. *Revista Katálýsis*, 13(1), 20–28. <https://doi.org/10.1590/S1414-49802010000100003>
- Canella, Francisco (2020). Mulheres e luta por moradia Mudanças nas práticas associativas nas periferias de Florianópolis e Lisboa. *Cadernos do CEAS: Revista crítica De Humanidades*, 45(251), 658–674. <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2020.n251.p658-674>
- Carpenedo, Manoela & Nardi, Henrique. (2017). Maternidade transnacional e produção de subjetividade: as experiências de mulheres brasileiras imigrantes vivendo em Londres. *Cadernos Pagu*, (49), 80–114. <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8648435>
- Cáritas Brasileira (2022). *População em Situação de Rua e População Migrante no município de Boa Vista/RR: um diagnóstico para a formulação e implementação de políticas públicas*.
- Castro, Mariana de Araújo. (2021). Venezuelanas/os em Boa Vista: Práticas comunitárias, resistências e novas territorialidades na Ocupação KaUbanoko. *PERIPLOS - Revista de Investigación sobre Migraciones*. 5(1), 157-180. https://periodicos.unb.br/index.php/obmigra_periplos/article/view/34735
- Coldibeli, Larissa Pimenta, Paiva, Fernando Santana de & Batista, Cássia Beatriz. (2021). Gênero, pobreza e saúde: Revisão sistemática sobre a saúde de mulheres em situação de

rua. *Textos & Contextos (Porto Alegre)*, 20(1), e38015. <https://doi.org/10.15448/1677-9509.2021.1.38015>

Collins, Patricia Hill & Bilge, Sirma. (2020). *Interseccionalidade*. Editora Boitempo

Costa-Silva, Carlos Roberto de, Yagiu, Hailton & Abdala, Christiane Alves. (2022). Comunidade e práxis: ciência e profissão em territórios marcados pela exclusão social. In Maria Ignez Costa Moreira; Sonia Margarida Gomes Souza. (Org.). *Psicologia Socio-Histórica: bases epistemológicas, categorias fundamentais e intervenções psicossociais*. Editora da PUC Goiás.

Davis, Ângela. (1994). *Mulheres, cultura e política*. Boitempo.

Defensoria Pública da União. (2021). *Ação para evitar deportação de venezuelanos conquista 3º lugar em prêmio internacional*. [Ação para evitar deportação de venezuelanos conquista 3º lugar em prêmio internacional – DPU – Direitos Humanos](#)

Dornelas, Paula. (2022). “Minha família é minha filha”: cuidados, gênero e maternidade nas trajetórias de mulheres migrantes no Brasil. *Périplos: Revista De Estudos Sobre Migrações*, 6(2). https://periodicos.unb.br/index.php/obmigra_periplos/article/view/42218

Federici, Silvia. (2022). *Reencantando o mundo: feminismo e a política dos comuns*. Elefante Editora.

Federici, Silvia & Valio, Luciana Benetti Marques. (2020). Na luta para mudar o mundo: mulheres, reprodução e resistência na América Latina. *Revista Estudos Feministas*, 28(2), e70010. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n270010>

Ferreira, Alisson Vinicius Silva, Nascimento, Vitoria Nathalia do & Martins-Borges, Lucienne. (2022). A saúde mental de mulheres imigrantes na universidade. *Interação em Psicologia*, 26(2). <http://dx.doi.org/10.5380/riep.v26i2.76724>

Fundo de Populações das Nações Unidas. Em Roraima, refugiadas e migrantes apresentam demandas de políticas públicas a governos. [https://brazil.unfpa.org/pt-br/news/em-](https://brazil.unfpa.org/pt-br/news/em-roraima-refugiadas-e-migrantes-apresentam-demandas-de-politicas-publicas-governos)

[roraima-refugiadas-e-migrantes-apresentam-demandas-de-politicas-publicas-governos.](https://brazil.unfpa.org/pt-br/news/em-roraima-refugiadas-e-migrantes-apresentam-demandas-de-politicas-publicas-governos)

Fundo de Populações das Nações Unidas. (2020). *Violência de gênero, nacionalidade e raça/etnia em duas cidades de Roraima*.

G1 Roraima. (2021). PF invade abrigo com mais de 50 mulheres e crianças venezuelanas em RR e ação cobra indenização por danos morais. [PF invade abrigo com mais de 50 mulheres e crianças venezuelanas em RR e ação cobra indenização por danos morais | Roraima | G1 \(globo.com\)](#)

González-Rey, Fernando. (2017). *Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação*. Cengage Learning.

Gonzálvez-Torralbo, Herminia. (2019). Introducción. De crisis y esperanzas. In Herminia Gonzálvez-Torralbo, Dhayana Carolina Fernández-Matos & María Nohemí González-Martínez (Org.). *Migración con ojos de mujer. Una mirada interseccional* (pp.7-20). Ediciones Universidad Simón Bolívar.

Haraway, Donna. (1995). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, 5, 07-41.

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>

Hirata, Hirata (2014). Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social*, 26(1), 61-73. <https://doi.org/10.1590/S0103-20702014000100005>.

Hirata, Hirata. (2010). Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho. *Revista Tecnologia e Sociedade*, 6(11), 1-7. <http://dx.doi.org/10.3895/rts.v6n11.2557>

- Ilze, Zirbel. (2016). *Uma teoria político-feminista do cuidado*. [Tese de Doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina]. Repositório Institucional da UFSC.
- International Organization for Migration. (2021). *World Migration Report 2022*.
- hooks, bell. (2020). *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras. Teoria feminista - da margem ao centro*. Rosa dos ventos.
- Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. (2017). Institui a Lei de Migração.
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm
- Lima, Manuella Rodrigues de Almeida; Souza, Marta Rovey de & Nunes, Fernanda Costa. (2020). Repercussões dos determinantes sociais na saúde mental das migrantes haitianas em Goiás. *Revista do NUFEN*, 12(3), 53-70.
<https://dx.doi.org/10.26823/RevistadoNUFEN.vol12.nº03artigo75>
- Marques, Elis Moura & Souza, Tatiana Machiavelli Carmo. (2022). Desigualdades socioeconômicas enfrentadas por mulheres migrantes e refugiadas venezuelanas no Brasil. *Pretextos - Revista Da Graduação Em Psicologia Da PUC Minas*, 6(12), 52-67.
<http://periodicos.pucminas.br/index.php/pretextos/article/view/28317>
- Martín-Baró, Ignacio. (2017). *Crítica e libertação na Psicologia: Estudos psicossociais*. Editora Vozes.
- Mayorga, Claudia (2014). Algumas contribuições do feminismo à psicologia social comunitária. *Athenea Digital*, 14(1), 221-236. <http://dx.doi.org/10.5565/rev/athenead/v14n1.1089>
- Nepomuceno, Bárbara Barbosa & Ximenes, Verônica Moraes (2019). Apoio social e saúde mental em mulheres em contextos de pobreza no Brasil. *Revista Interamericana De Psicología/Interamerican Journal of Psychology*, 53(2), 208–218.
<https://doi.org/10.30849/rip/ijp.v53i2.1059>

- Parella-Rubio, Sònia. (2020). El sector del trabajo del hogar y de cuidados en España en tiempos de COVID-19. *Anuario CIDOB de la Inmigración*, p. 101-114.
<https://doi.org/10.24241/AnuarioCIDOBInmi.2020.102>
- Parella-Rubio, Sònia. (2012). Familia transnacional y redefinición de los roles de género: El caso de la migración boliviana en España. *Papers: revista de sociologia*, 97(3), p. 661-684.
<https://raco.cat/index.php/Papers/article/view/255855>.
- Parreras, Angelina Moura & Aquino, Silva Luseni Maria Cordeiro de. (2023). *Dinâmicas da violência: relatório Roraima*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).
- Peres, Roberta Guimarães & Baeninger, Rosana. (2013). Migração Feminina: um debate teórico e metodológico no âmbito dos estudos de gênero. *Seminário Internacional Fazendo Gênero 10*. Anais Eletrônicos. [Migração Feminina: um debate teórico e metodológico no âmbito dos estudos de gênero | Peres | Anais \(abep.org.br\)](https://abep.org.br/anais/2013/pt-br/migra%C3%A7%C3%A3o-feminina-um-debate-te%C3%B3rico-e-metodol%C3%B3gico-no-%C3%A2mbito-dos-estudos-de-g%C3%AAnero)
- Perna, Giselle Hirtz. (2023). *Elas merecem ser lembradas: migração venezuelana para Porto Alegre – uma análise a partir das interfaces gênero migração*. [Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da PUCRS. <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/10675>
- Pereira, Nathanael Martins. (2022). *O genocídio continuado dos povos indígenas e a invisibilização histórica: Caso do povo Waimiri-Atroari (1964-1985)*. [Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade de Brasília]. Biblioteca Digital da Produção Intelectual Discente da UnB. <https://bdm.unb.br/handle/10483/32928>
- Plataforma de Coordenação Interagencial para Refugiados e Migrantes da Venezuela. *Painel de Informações Sociais de Refugiados e Migrantes Venezuelanos*.
<https://www.r4v.info/pt/brazil>

- Rodrigues, Igor de Assis. (2022). *Sofrimento e saúde mental entre migrantes venezuelanos no município de Rio de Janeiro*. [Dissertação de Mestrado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UERJ.
<https://www.bdt.d.uerj.br:8443/handle/1/18712>
- Rosa, Rita de Cassia Quadros da, Hillesheim, Betina, Weber, Douglas Luis & Holderbaun, Letícia Silva (2019). Gênero, migração e vulnerabilidade: corpos de mulheres em deslocamento. *Revista Eletrônica Científica Da UERGS*, 5(2), 138-146.
<https://doi.org/10.21674/2448-0479.52.138-146>
- Santos, Adriana Gomes. (2013). *Garimpeiros, quando a “cobra tá fumando”: condições de vida e de trabalho nos garimpos em Roraima (1975-1991)*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Uberlândia]. Repositório Institucional da UFU.
<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/16465>
- Sassen, Saskia. (2003). *Contrageografías de la globalización: género y ciudadanía en los circuitos transfronterizos*. Traficantes de Sueños.
- Sawaia, Bader Burihan. (2003). Comunidade: a apropriação científica de um conceito tão antigo quanto a humanidade. In Regina Helena de Freitas Campos (Org.). *Psicologia social comunitária: Da solidariedade à autonomia*. Editora Vozes.
- Sawaia, Bader Burihan. (2014). O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In B. Sawaia (Org.), *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Editora Vozes.
- Sawaia, Bader Burihan. (2009). Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. *Psicologia & Sociedade*, 21(3), 364–372.
<https://doi.org/10.1590/S0102-71822009000300010>

- Scott, Joan. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. 20 (2), 71-99. <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>
- Silva, Hélio Alexandre. (2022). Sofrimento social como dimensão da pobreza. *DoisPontos*, 19 (1), 33-49.
- Souza, Martha Julia Martins de. (2019). Mulheres migrantes em região de fronteira: narrativas, opressão e sobrevivência. In M. D. A. Ribeiro; J. S. Silva; G. Nascimento & G. S. Santana, (Org.). *Diálogos Fronteiriços: linguagens em perspectivas*. (pp.48-60). Editora Itacaiúnas. <https://doi.org/10.29327/510830>
- Souza, Carla Montenegro de & Nogueira, Francisco Marcos Mendes. (2015). Notas sobre a presença nordestina em Roraima. *Muiraquitã: Revista De Letras E Humanidades*, 3(1). <https://doi.org/10.29327/216340.3.1-8>
- Tonhati, Tânia & Pereda, Lorena. (2021). A feminização das migrações no Brasil: A inserção laboral das mulheres imigrantes (2011-2020). In L. Cavalcanti; T. Oliveira & B. G. Silva (Org.), *Relatório Anual 2021 – 2011-2020: Uma década de desafios para a imigração e o refúgio no Brasil* (pp. 155-183). OBMigra. [Relatório Anual - Completo.pdf \(mj.gov.br\)](#)
- United Nations High Commissioner for Refugees. *Venezuela situation*. <https://www.unhcr.org/venezuela-emergency>
- Vieira, Eloah. (2020). Entre Brasil e Bolívia: o trabalho doméstico a partir da experiência migratória de mulheres bolivianas em São Paulo. *Equatorial – Revista Do Programa De Pós-Graduação Em Antropologia Social*, 7(12), 1–23. <https://doi.org/10.21680/2446-5674.2020v7n12ID18513>

APÊNDICES A – Roteiro de entrevista

PERFIL IDENTITÁRIO

1. Qual sua idade?
2. Você se percebe como branca, negra, parda, indígena ou outros? Se indígena, qual etnia?
3. Você está em algum relacionamento amoroso? É casada, solteira, divorciada?
4. Se está em um relacionamento amoroso, essa pessoa é brasileira ou venezuelana? Se venezuelana, migrou juntamente com você?
5. Tem filhos? Quantos?
6. Quantas pessoas mora com você na mesma habitação? São familiares, amigos, conhecidos etc.?
7. Você possui alguma religião? Se sim, qual?
8. Qual a sua escolaridade?
9. Qual era a sua ocupação na Venezuela?
10. Qual a sua ocupação atual? Sua fonte de renda equivale a quantos salários mínimos (R\$ 1.212,00 reais mensais)?

VIVÊNCIAS PRIVADAS E FAMILIARES DE MULHERES-VENEZUELANAS- LIDERANÇAS-COMUNITÁRIAS A PARTIR DO SEU PROCESSO MIGRATÓRIO NA COMUNIDADE TERRA PROMETIDA

11. O processo migratório impactou seus relacionamentos familiares? Se sim, de que forma?
12. O processo migratório impactou seus relacionamentos amorosos? Se sim, de que forma?
13. Ser mulher teve impactos específicos durante seu processo migratório? Como?
14. Liderar essa comunidade repercutiu sobre a suas vivências pessoais? Como?
15. Como você se sente sendo uma mulher que lidera uma comunidade?

VIVÊNCIAS PÚBLICO-POLÍTICAS TECIDAS POR MULHERES-VENEZUELANAS SOBRE A EXPERIÊNCIA DE SER LIDERANÇA COMUNITÁRIA DA COMUNIDADE TERRA PROMETIDA

16. Qual o seu papel na comunidade como liderança?
17. Como se deu o seu processo de reconhecimento como liderança da comunidade?
18. Como você se sente sendo a representante dessa comunidade?
19. Como você percebe a avaliação dos membros da comunidade ao trabalho que exerce?
20. Ser uma mulher repercutiu na decisão dos membros da comunidade em escolhê-la como representante?
21. Gostaria de dizer algo mais?

APÊNDICES B – Roteiro de entrevista traduzido

1. ¿Cuántos años tienes?
2. ¿Usted te percebe blanca, negro, mestiza/morena/mulata, indígena o otros? Si es indígena, ¿de qué etnia? ¹⁰
3. ¿Estás en una relación romántica? ¿Estás casada, soltera, divorciada?
4. Si está en una relación romántica, ¿esta persona es brasileña o venezolana? Si es venezolana, ¿migró con usted?
5. ¿Tiene hijos? ¿Cuántos?
6. ¿Cuántas personas viven con usted en la misma habitación? ¿Son familiares, amigos, conocidos, etc.?
7. ¿Tienes alguna religión? ¿Si sí, cual?
8. ¿Cuál es su escolaridade?
9. ¿Cuál era su ocupación en Venezuela?
10. ¿Cuál es su ocupación actual? ¿Su fuente de renta equivale a cuántos salarios mínimos (R\$ 1.212,00 reales mensuales)?
11. ¿El proceso migratorio ha impactado en sus relaciones familiares? ¿Si sí, de qué manera?
12. ¿El proceso migratorio ha impactado en sus relaciones románticas? ¿Si sí, de qué manera?
13. ¿Ser mujer tuvo impactos específicos durante su proceso migratorio? ¿Cómo?
14. ¿Liderar esta comunidad ha tenido un impacto en sus experiencias personales? ¿Cómo?
15. ¿Cómo te sientes como mujer que lidera una comunidad?
16. ¿Cuál es su papel en la comunidad como líder?
17. ¿Cómo fue su proceso de reconocimiento como líder comunitaria?
18. ¿Cómo te sientes siendo representante de esta comunidad?
19. ¿Cómo percibe la evaluación de los miembros de la comunidad sobre el trabajo que realiza?
20. ¿Ser mujer afectó la decisión de los miembros de la comunidad de elegirla como representante?
21. ¿Te gustaría decir algo más?

¹⁰ Categorías identitarias descritas por Briceño-León (2018).



APÊNDICE C – Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE)

Universidade Federal do Triângulo Mineiro Programa de Pós-Graduação em Psicologia

Rua Conde de Prados, 155, Abadia, Uberaba-MG, CEP: 38025-260
(34) 3700 6613 E-mail: ppgp@uftm.edu.br

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Mulheres-venezuelanas-lideranças-comunitárias em Boa Vista-RR: tecendo novos espaços de resistência política e coletiva

Prezada colaboradora,

Estamos realizando um estudo que tem como objetivo investigar as vivências de mulheres-venezuelanas-lideranças-comunitárias na Comunidade Terra Prometida em Boa Vista-RR, gostaríamos de contar com a sua participação. O estudo será conduzido através de uma entrevista individual, dividida em três momentos, e será audiogravadas. Estima-se a duração de aproximadamente uma hora e meia.

A participação no estudo apresenta riscos relacionados a desconfortos psicológicos, como angústia, tristeza e ansiedade, ao potencializar a rememoração da experiência de migração e os desafios enfrentados. Caso as participantes experienciem algum desconforto ao longo da entrevista, a pesquisadora proponente dispõe das competências necessárias, em virtude de sua formação profissional, para acolhê-las e resguardá-las, a fim de não agravar possíveis situações de sofrimento emocional, e mitigar os danos potenciais.

Em relação aos benefícios do estudo, destaca-se a oportunidade de visibilizar a trajetória de mulheres venezuelanas no Brasil, como os desafios enfrentados, mas principalmente os processos de resistência política e coletiva que emergiram dos contextos de adversidades. Além disso, o estudo pode contribuir com a literatura nacional e internacional sobre a experiência de mulheres-venezuelanas-liderança-comunitária no Brasil, tendo em vista a ausência de estudos sobre essa temática.

Solicitamos a sua colaboração para participar desta pesquisa, como também sua autorização para publicar os resultados deste estudo em revistas e eventos científicos. Esclarecemos que sua participação no estudo é totalmente voluntária e, portanto, você não é obrigada a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pela pesquisadora, podendo, a qualquer momento, desistir da participação. Caso discorde ou sinta-se constrangida, é possível declinar da pesquisa a qualquer momento. Serão respeitados todos os princípios éticos necessários para a condução da pesquisa disposto na resolução 510/16 do Conselho Nacional de Saúde, e destacamos que o estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (Parecer 5.539.549).

Por fim, colocamo-nos à sua inteira disposição para esclarecer qualquer dúvida que necessite.

Contato das pesquisadoras:

Nome: Profa. Dra. Tatiana Machiavelli Carmo Souza

Telefone: (64) 98404-7716

E-mail: tatimachiavelli@yahoo.com.br

Endereço: Av. Dr. Lamartine Pinto de Avelar, 1120, Vila Chaud. CEP: 75704-020. Catalão-GO.

Nome: Elis Moura Marques

Telefone: (95) 99122-3887

E-mail: eliss_marques@hotmail.com

Endereço: Av. Nossa Senhora da Consolata, 1529, Centro. CEP: 69301-011. Boa Vista-RR.

Em caso de dúvida em relação a esse documento, favor entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, pelo telefone (34) 3700-6803, ou no endereço Av. Getúlio Guaritá, 159, Casa das Comissões, Bairro Abadia – CEP: 38025-440 – Uberaba-MG – de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 ou pelo e-mail cep@uftm.edu.br. Os Comitês de Ética em Pesquisa são colegiados criados para defender os interesses dos participantes de pesquisas, quanto à sua integridade e dignidade, e contribuir no desenvolvimento das pesquisas dentro dos padrões éticos.

Eu, _____ li o esclarecimento acima e compreendi para que serve o estudo e a quais procedimentos serei submetida. A explicação que recebi esclarece os riscos e benefícios do estudo. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento, sem justificar minha decisão. Sei que meu nome não será divulgado, que não terei despesas e não receberei dinheiro para participar do estudo. Concordo em participar do estudo “Mulheres-venezuelanas-lideranças-comunitárias em Boa Vista-RR: tecendo novos espaços de resistência política e coletiva”, e receberei uma via assinada deste documento.

Boa Vista, ____ de _____ de 2022.

() Consinto participar da pesquisa

() Não consinto participar da pesquisa

Assinatura da participante

Assinatura da pesquisadora



APÊNDICE D – Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) traduzido

Universidade Federal do Triângulo Mineiro Programa de Pós-Graduação em Psicologia

Rua Conde de Prados, 155, Abadia, Uberaba-MG, CEP: 38025-260
(34) 3700 6613 E-mail: ppgp@uftm.edu.br

TÉRMINO DE CONSENTIMIENTO LIBRE Y ESCLARECIDO - TCLE

Mujeres-venezolanas-liderazgos-comunitarias en Boa Vista-RR: tejiendo nuevos espacios de resistencia política y colectiva

Estimada colaboradora,

Estamos realizando un estudio que tiene como objetivo investigar las vivencias de mujeres-venezolanas-liderazgos-comunitarias em la Comunidad Terra Prometida en Boa Vista-RR, nos gustaría contar com su participación. El estudio se realizará a través de una entrevista individual, dividida en tres momentos, que serán audiograbadas. Se estima que dura aproximadamente una hora y media.

La participación en el estudio presenta riesgos relacionados con malestares psicológicos, como angustia, tristeza y ansiedad, al potenciar el recuerdo de la experiencia migratoria y los desafíos enfrentados. Si los participantes experimentan algún malestar durante la entrevista, la investigadora proponente tiene las competencias necesarias, por su formación profesional, para acogerlos y protegerlos, a fin de no agravar posibles situaciones de sufrimiento emocional, y mitigar los daños potenciales.

En cuanto a los beneficios del estudio, se destaca la oportunidad de visibilizar la trayectoria de las mujeres venezolanas en Brasil, así como los desafíos enfrentados, pero principalmente los procesos de resistencia política y colectiva surgidos de los contextos de adversidad. Además, el estudio puede contribuir a la literatura nacional e internacional sobre la experiencia de liderazgo comunitario de mujeres venezolanas en Brasil, dada la ausencia de estudios sobre este tema.

Solicitamos su colaboración para participar en esta investigación, así como su autorización para publicar los resultados de este estudio en revistas científicas y eventos. Aclaramos que su participación en el estudio es totalmente voluntaria y, por lo tanto, no está obligado a proveer la información y/o colaborar con las actividades solicitadas por la investigadora, pudiendo, en cualquier momento, declinar de la participación. Si no está de acuerdo o se siente avergonzada, puede declinar de la encuesta en cualquier momento. Se respetarán todos los principios éticos necesarios para la realización de la encuesta previstos en la resolución 510/16 del Consejo Nacional de Salud, y destacamos que el estudio fue aprobado por el Comité de Ética en Investigación de la Universidad Federal de Triângulo Mineiro (Dictamen 5.539.549).

Por último, estamos a su entera disposición para esclarecer cualquier duda que pueda tener.

Contato de las investigadoras:

Nombre: Tatiana Machiavelli Carmo Souza

Teléfono: (64) 98404-7716

Correo: tatimachiavelli@yahoo.com.br

Dirección: Av. Dr. Lamartine Pinto de Avelar, 1120, Vila Chaud. CEP: 75704-020. Catalão-GO.

Nombre: Elis Moura Marques

Teléfono: (95) 99122-3887

Correo: eliss_marques@hotmail.com

Dirección: Av. Nossa Senhora da Consolata, 1529, Centro. CEP: 69301-011. Boa Vista-RR.

Em caso de duda com respecto a este documento, por favor contacte al Comité de Ética en Investigación de la Universidad Federal del Triângulo Mineiro, pelo teléfono (34) 3700-6803, o em lá dirección Av. Getúlio Guaritá, 159, Casa das Comissões, Bairro Abadia – CEP: 38025-440 – Uberaba-MG – de lunes a viernes, de las 08:00 às 12:00 e de las 13:00 às 17:00 ou pelo correo cep@uftm.edu.br. Los Comité de Ética en Investigación son órganos creados para defender los intereses de los participantes em la investigación, em cuanto a su integridade y dignidad, y contribuir al desarrollo de la investigación dentro de los estándares éticos.

Yo, _____ leí la aclaración anterior y entendí para qué es el estudio y a qué procedimientos me someteré. La explicación que recibí aclara los riesgos y beneficios del estudio. Entiendo que soy libre de discontinuar mi participación en cualquier momento, sin justificar mi decisión. Sé que mi nombre no será divulgado, que no incurriré en ningún gasto y que no recibiré dinero para participar en el estudio. Acepto participar em el estudio “Mujeres-venezolanas-liderazgos-comunitarias en Boa Vista-RR: tejiendo nuevos espacios de resistencia política y colectiva”, y recibiré uma copia firmada de este documento.

Boa Vista, ____ de _____ de 2022.

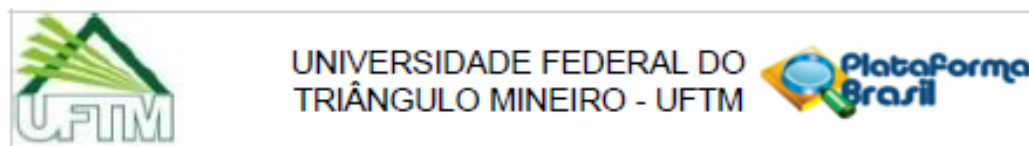
() Acepto participar em el estudio

() No acepto participar em el estudio

Firma de la participante

Firma de la investigadora

ANEXO A- Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Mulheres-venezuelanas-lideranças-comunitárias em Boa Vista-RR: tecendo novos espaços de resistência política e coletiva

Pesquisador: Tatiana Machiavelli Carmo Souza

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 59169422.0.0000.5154

Instituição Proponente: Universidade Federal do Triângulo Mineiro

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.539.549

Apresentação do Projeto:

As informações elencadas nos campos "Apresentação do Projeto", "Objetivo da Pesquisa" e "Avaliação dos Riscos e Benefícios" foram retiradas do arquivo Informações Básicas da Pesquisa (PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1952773.pdf, de 31/05/2022) e do Projeto Detalhado (ProjetoYasminFinal.pdf, de 11/04/2022).

Segundo os pesquisadores,

"INTRODUÇÃO: O presente estudo tem como objetivo investigar as vivências de mulheres-venezuelanas-lideranças-comunitárias na Comunidade Terra Prometida em Boa Vista-RR. Para tanto, a seguir serão apresentadas informações do contexto do fluxo migratório venezuelano para o Brasil, sobre a migração de mulheres no país e seus desafios e a importância dos estudos de gênero, as pesquisas desenvolvidas no âmbito da temática da migração de mulheres venezuelanas, os estudos conduzidos sobre mulheres lideranças comunitárias em contexto brasileiro, e por fim, a justificativa que fundamenta a condução do estudo proposto. A Venezuela vivencia uma grave e generalizada violação de direitos humanos, em virtude de uma crise econômica e política que culminou, até o final de 2021, no deslocamento de mais de 6 milhões de pessoas para fora do país. São famílias com crianças, mulheres grávidas, pessoas idosas e pessoas com deficiências que buscam os países vizinhos para escapar da fome, da insegurança e da violência, além das dificuldades em acessar serviços essenciais e medicamentos em seu país de

Endereço: Av. Getúlio Guaritá, nº 159, Casa das Comissões

Bairro: Abadia

CEP: 38.025-440

UF: MG

Município: UBERABA

Telefone: (34)3700-6803

E-mail: cep@uftm.edu.br



origem. Quando acessam o país de destino e, principalmente, quando não conseguem a regularização migratória, ainda ficam expostas a risco de refoulement, tráfico de pessoas, exploração trabalhista, além de enfrentarem restrições no acesso a serviços essenciais, como saúde e proteção social (Plataforma de Coordenação Interagencial para Refugiados e Migrantes da Venezuela [R4V], 2022). O cenário da migração é complexo e multifacetado. Tendo em vista as políticas internacionais de proteção, são considerados pessoas migrantes aquelas que se deslocam de forma voluntária buscando melhoria das condições de vida, como acesso a trabalho, a saúde e a educação, estabelecendo-se em um país de forma temporária ou permanente. No que se refere às pessoas refugiadas, o processo migratório induz a uma necessidade de proteção internacional, em virtude do fundado temor de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, opinião política e/ou por pertencer a um determinado grupo social, que as impede de retornar ao país de origem, ou ainda por serem impedidas de retornar aos seus países devido a conflitos armados, violência e violações generalizadas de direitos humanos (IMDH, MIGRAMUNDO & FICAS, 2019). Em junho de 2019, o Comitê Nacional para Refugiados (CONARE), reconheceu a situação de grave e generalizada violação de direitos humanos na Venezuela e, desde então, o Brasil tem o maior número de pessoas de nacionalidade venezuelana reconhecidas como refugiadas na América Latina (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados [ACNUR], 2020). O Brasil vivencia um momento histórico de participação no acolhimento de pessoas de nacionalidade venezuelana, que já correspondem a mais de 300 mil em território nacional (R4V, 2022), sendo que mais 287 mil já foram regularizadas pelo governo federal (Ministério da Cidadania, 2021). Em sua maioria, quem migra da Venezuela, principalmente por via terrestre, adentra o território brasileiro pela cidade de Pacaraima, no estado de Roraima. Algumas dessas pessoas permanecem no município para facilitar o retorno a Venezuela, a fim de acessar serviços e produtos no Brasil e permanecer residindo em seu país de origem, em um movimento migratório pendular. Outras continuam o percurso migratório até a cidade de Boa Vista, capital do estado de Roraima, a fim de ter acesso a outras condições de vida, como serviços médicos especializados, outras estratégias de meios de vida e, ainda, para migrar para outros estados brasileiros ou países. O número de entrada de mulheres nas fronteiras brasileiras vem crescendo de forma exponencial. Segundo os dados do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra), entre 2012 e 2016, o crescimento foi linear com algumas variações (4.947,899 a 5.579,195), porém, a partir de 2017, houve um crescimento significativo, sendo o ápice em 2019, atingindo 7.063,400 entradas, o maior índice da década. Em 2020, em virtude das limitações impostas pela COVID-19, a entrada de mulheres no Brasil foi 67,43% menor (2.300,778), retratando os impactos da pandemia sobre a migração desse grupo.

Endereço: Av. Getúlio Guaritã, nº 159, Casa das Comissões

Bairro: Abadia

CEP: 38.025-440

UF: MG

Município: UBERABA

Telefone: (34)3700-6803

E-mail: cep@uftm.edu.br



Além disso, houve um destaque para o estado de Roraima, que se tomou uma grande porta de entrada das mulheres migrantes no país (Tonhati & Pereda, 2021). Ainda, segundo as referidas autoras, no que se refere ao perfil de mulheres que migraram para o Brasil, são majoritariamente mulheres solteiras, com idades entre 25 e 40 anos, ou seja, mulheres jovens e em idade laboral. Apesar de as haitianas serem responsáveis pelo início do processo de feminização das migrações no Brasil, foram as venezuelanas que avolumaram e concretizaram o aumento de mulheres que migraram para o país. No entanto, diferentemente das haitianas, as venezuelanas tendem a realizar esse processo migratório com seus maridos ou companheiros, ou na companhia de outros membros familiares, como filhas (os), mães, pais e irmãs (os). Por fim, as autoras reafirmam ainda que nos últimos anos houve um crescimento na migração de mulheres solteiras, o que abre espaço para novas percepções sobre o fenômeno migratório e a participação das mulheres nas dinâmicas e estratégias de mobilidade. As migrações de mulheres que por muito tempo foram associadas ao acompanhamento de cônjuges e de reunião familiar, apresenta uma nova dinâmica em que essa não é necessariamente a motivação principal (Tonhati & Pereda, 2021). Tendo em vista os dados apresentados sobre o aumento da migração de mulheres para o Brasil e de particularidades desses movimentos migratórios, salienta-se a importância dos estudos de gênero para a compreensão das dinâmicas migratórias, como já afirmado pela literatura das migrações internacionais. Peres e Baeninger (2013) afirmam que se faz necessário um estudo mais aprofundado da migração de mulheres, no qual essas experiências possam ser capturadas e analisadas através de metodologias específicas, proporcionando um novo olhar sobre o fenômeno, aprofundando os conhecimentos sobre as singularidades dessas dinâmicas migratórias. Boyd e Grieco (2003), por sua vez, destacam que o gênero está profundamente relacionado na determinação de quem migra, como será a movimentação e as repercussões para as mulheres migrantes e suas famílias. Sendo assim, ainda segundo as autoras, as teorias das migrações internacionais precisam integrar adequadamente as relações de gênero, tendo em vista fatores sutis e óbvios que se interseccionam e criam diferentes experiências durante o processo migratório. Scott (1995) ao problematizar o gênero como uma categoria útil de análise histórica, conceitua-o em duas partes inter-relacionadas e analiticamente diferenciadas: gênero como elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos e, ainda, uma forma primária de dar significado às relações de poder. Esses conceitos normativos são expressos nas práticas educativas, nas concepções científicas, nas doutrinas religiosas, nos posicionamentos políticos, nas condutas jurídicas, as quais são atravessadas pela oposição binária fixa que determina de maneira categórica o significado de homem e mulher. Ainda segundo a

Endereço: Av. Getúlio Guarita, nº 159, Casa das Comissões

Bairro: Abadia

CEP: 38.025-440

UF: MG

Município: UBERABA

Telefone: (34)3700-6803

E-mail: cep@uftm.edu.br



autora, O gênero é uma das referências recorrentes pelas quais o poder político tem sido concebido, legitimado e criticado. Ele não apenas faz referência ao significado da oposição homem/mulher; ele também o estabelece. Para proteger o poder político, a referência deve parecer certa e fixa, fora de toda construção humana, parte da ordem natural ou divina. Desta maneira, a oposição binária e o processo social das relações de gênero tornam-se parte do próprio significado de poder; pôr em questão ou alterar qualquer de seus aspectos ameaça o sistema inteiro (p. 92). Partindo dessa compreensão de relações de gênero e, tendo em vista que o gênero é um dos eixos centrais que organiza a experiência no mundo social e que os impactos dessas relações estabelecidas não estão restritas às mulheres, ressalta-se que incorporá-lo ao estudo de fluxos migratórios permite, para além de descrever as diferenças entre mulheres e homens, avançar na compreensão das experiências das mulheres em aspectos específicos como mercado de trabalho, relações familiares, vida social etc. Nesse sentido, esses impactos diferenciados nas vivências de mulheres e homens em processos migratórios pode ser visualizado nas condições de acesso a meios de vida, pois, como afirmam Tonhati e Pereda (2021), no Brasil, os homens migrantes estão ocupando atividades de trabalho como gerências, enquanto as mulheres continuam a exercer principalmente atividades laborativas com jornadas de trabalho exaustivas, em espaços insalubres, baixos salários e, ainda, expostas a riscos de acidentes laborais. Hirata (2010) ao afirmar que “o gênero é um organizador chave da globalização neoliberal (p.5)”, convida a refletir que a categoria gênero precisa se fazer presente na leitura dos movimentos migratórios, juntamente com as dinâmicas de classe e de raça. Como já discutido por hooks (2019), pobreza, racismo e gênero criam lugares de desempoderamento por razões e de formas diferentes e, tendo em vistas as diferenciadas formas de opressão, se faz necessário identificá-las e nomeá-las, a fim de se traçar planos políticos com hierarquias de urgências. Para avançar na luta contra as múltiplas formas conjugadas de opressão, Hirata (2014) enfatiza que é preciso aprofundar os conhecimentos sobre as dinâmicas e interdependências das relações sociais, portanto, integrar as discussões sobre gênero às dinâmicas migratórias é possibilitar o conhecimento sobre as opressões que permeiam as experiências das mulheres venezuelanas no Brasil, e desnudar as assimetrias de gênero (Passos & Souza, 2021). Telmo Romano e Pizzinato (2019) apontam que as categorias sociais de nacionalidade, gênero, etnia/raça, idade e situação socioeconômica constituem-se em “eixos de diferenciação que produzem determinadas exclusões/inclusões de diferentes gradientes, a partir de determinadas práticas hierarquizadas de intervenção social, sejam políticas, legais, sejam econômicas na materialidade dessa construção” (p. 200). No que se refere a nacionalidade, Pozza (2016) destaca os impactos no processo de acolhimento das pessoas

Endereço: Av. Getúlio Guarita, nº 159, Casa das Comissões

Bairro: Abadia

CEP: 38.025-440

UF: MG

Município: UBERABA

Telefone: (34)3700-6803

E-mail: cep@uftm.edu.br



migrantes e refugiadas a partir do país de origem e de destino, existindo uma clara distinção entre pessoas que migram dos países do norte global, em relação as (os) migrantes do sul global, e que, inclusive, são relegadas (os) a exercer atividades laborais socialmente desprestigiadas independente da qualificação profissional. Sendo assim, como afirmado por Tavares (2017), não se pode prescindir de conhecer sobre as experiências concretas dessas mulheres subalternizadas do sul global, a fim de não romantizar e, tampouco, exotizar a experiência de opressão. Portanto, reafirma-se a importância de uma leitura desse fenômeno alicerçado em uma epistemologia feminista, a fim de acessar a experiência dessas mulheres a partir de uma objetividade corporificada, parcial e localizada (Haraway, 1995). Um retrato desse processo de acolhimento desigual, é retratado também por Souza (2019a), no qual a autora discute sobre a discriminação dos conhecimentos e saberes produzidos pelas mulheres venezuelanas, “uma vez que não reconhece a nacionalidade dessas mulheres como de prestígio ou seus diplomas como produção intelectual válida” (p. 55). A autora ainda destaca que esse grupo de mulheres ocupa a base da pirâmide da desigualdade de gênero, em virtude da fragilidade assistencial, que dificulta o acesso a documentos essenciais, impedindo-as de acessar empregos que condizem com suas qualificações profissionais. Um impacto disso foi destacado no relatório produzido pela Human Rights Watch (2017) ao revelar as principais violações de direitos sofridas por elas, como o envolvimento em atividades sexuais por sobrevivência, inclusive de mulheres com formação acadêmica de ensino superior, sobretudo quando se encontram em situação migratória irregular, agravando os riscos de agressões, sequestros e estupro. É possível compreender esse processo de exclusão social vivenciado por mulheres venezuelanas no Brasil a partir da discussão proposta por Sawaia (2014), que investiga o sofrimento ético-político como uma categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. A autora afirma que o processo de exclusão social, através da exploração, injustiça e desigualdade social, perpassa as vivências de gênero, raça, classe etc., portanto, o sofrimento ético-político é historicamente mediado por essas categorias sociais. Descreve o sofrimento ético-político como[...] múltiplas afecções do corpo e da alma que mutilam a vida de diferentes formas. Qualifica-se pela maneira como sou tratada e trato o outro na intersubjetividade, face a face ou anônima, cuja a dinâmica, conteúdo e qualidade são determinados pela organização social. Portanto, o sofrimento ético-político retrata a vivência cotidiana das questões sociais dominantes em cada época, especialmente a dor que surge das situações sociais de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor, apêndice inútil da sociedade (p. 106). A partir do exposto, tendo em vista o crescente número de migrações internacionais, incluso de mulheres que migram sozinhas, conhecer a experiência desse grupo é romper com

Endereço: Av. Getúlio Vargas, nº 159, Casa das Comissões

Bairro: Abadia

CEP: 38.025-440

UF: MG

Município: UBERABA

Telefone: (34)3700-6803

E-mail: cep@uftm.edu.br



concepções de inclusão que alimentam estratégias históricas de manutenção da ordem social, no qual homogeneizam experiências e camuflam processos de exclusão, invisibilizando vidas e histórias. Pesquisadoras (es) de diferentes áreas do conhecimento já estão se debruçando em conhecer as vivências das mulheres venezuelanas no Brasil, explorando temáticas envolvendo violência de gênero, políticas públicas, dificuldades de acesso ao mercado de trabalho formal, dentre outros temas que tangenciam os desafios enfrentados e as vulnerabilidades adicionais que as interseções impetram sobre suas vidas. Destaque para os estudos conduzidos por Nieves e Zerlin (2020) que adentram a temática da vulnerabilidade das mulheres venezuelanas durante o processo migratório, como os riscos relacionados a exploração laboral e sexual, além das redes de tráfico de pessoas. E, que é reafirmado por Mahon (2021), ao analisar a temática do tráfico de pessoas para fins de exploração sexual na fronteira Brasil/Venezuela, que atinge majoritariamente as mulheres. É importante mencionar ainda que pesquisadoras (es) como Lira et. al. (2019) e Peçanha et. al. (2018), já alertavam há alguns anos sobre a importância de políticas públicas interseccionais que apreendessem as especificidades das mulheres venezuelanas no Brasil, tendo em vista os riscos ao qual estão expostas. Por fim, destaca-se ainda os estudos conduzidos no Brasil e na Colômbia sobre como as mulheres venezuelanas são noticiadas pela mídia essencialmente como vítimas e vulneráveis a partir de narrativas precárias e estigmatizantes (Prado et al., 2021; Espinel-Rubio et al., 2021). Sendo assim, reafirma-se a importância de se conhecer as dificuldades vivenciadas pelas mulheres venezuelanas no Brasil, a fim de desnudar as assimetrias de gênero, e acessar suas necessidades específicas. Porém, propõe-se avançar nos estudos sobre as vivências das mulheres em contexto migratório a partir de uma ótica que transcenda as vulnerabilidades e acesse suas experiências de protagonismo a partir das estratégias de resistência política e coletiva frente as adversidades vivenciadas. Destaque para Freitas (2021), um dos poucos estudos identificados sobre o tema do protagonismo de mulheres migrantes venezuelanas no Brasil, em que afirma que “[...] a partir do crescimento da quantidade de mulheres presentes nas dinâmicas migratórias, tornou-se possível desenvolver análises que vão além das vulnerabilidades, desvelando protagonismos e novas aprendizagens que, apesar de todas vicissitudes presentes nesse cenário, assumem um espaço de destaque” (p. 23). Nesse sentido, conhecer as experiências de liderar uma comunidade, assumindo um papel político dentro desse espaço social, inaugura novos campos de estudos, que adentrem outras vivências compartilhadas por mulheres venezuelanas no Brasil. No que se refere experiências comunitárias desse grupo, destaca-se o estudo conduzido por Castro (2021), no qual a autora se dedica a apresentar as práticas comunitárias, resistências e novas territorialidades na comunidade Ka’Ubanoko, no

Endereço: Av. Getúlio Guarita, nº 159, Casa das Comissões

Bairro: Abadia

CEP: 38.025-440

UF: MG

Município: UBERABA

Telefone: (34)3700-6803

E-mail: cep@uftm.edu.br



entanto, não foi realizada uma análise de gênero a partir dos informações acessadas. Ainda, Campelo e Lima (2021) desenvolveram um estudo sobre a migração de mulheres venezuelanas no Distrito Federal, no qual as participantes relataram as motivações para migrar e os desafios encontrados. Apesar dos relatos potentes e significativos, consiste em uma experiência de vida bem diferenciada em relação às mulheres participantes do estudo proposto, que dividem um espaço comunitário e que ocupam um lugar de decisão sobre as demandas das pessoas residentes no espaço. No que se refere a estudos que abordam a experiência de mulheres lideranças comunitárias, destaca-se as pesquisas conduzidas por Santos et al. (2020), Batista (2018) e Tavares (2017), sendo que todos foram desenvolvidos com participantes brasileiras. Santos et al. (2020), ao analisar como se dá a participação das mulheres e os papéis ocupados em movimentos comunitários, apontou para os desafios travados para alcançar posições de liderança e, principalmente, para mantê-las. Ainda, as autoras e autor alertam para a misoginia e o sexismo, que distanciam as mulheres desses campos emancipatórios, em que poderiam ser reconhecidas como representante de poder. Batista (2018), por sua vez, afirma a partir das entrevistas realizadas com mulheres lideranças comunitárias que a presença de uma mulher nesse espaço social também promoveu impactos para outras mulheres da comunidade, que relataram uma gestão mais participativa, em que seus posicionamentos são ouvidos e considerados. Tavares (2017), em seu estudo sobre mulheres indígenas lideranças, as mulheres cacicas, apresentou os relatos das participantes sobre a desconfiança inicial da comunidade diante de uma mulher nessa posição social, e do reconhecimento tímido que se concretizou após algum tempo de trabalho. E, ainda, retratou o processo de resistência dentro da própria família, em que a posição assumida produziu conflitos intrafamiliares, ou seja, ocupar esse espaço político promoveu impactos nas dimensões públicas e privadas da vida dessas mulheres. Os estudos citados corroboram com o que aponta a literatura sobre as esferas pública e privada da vida enquanto dimensões interconectadas, não havendo uma dualidade entre elas. Sendo assim, como afirma Biroli (2014) "os efeitos dos arranjos, das relações de poder e dos direitos garantidos em uma esfera serão sentidos na outra" (p. 33). Esse espaço político ocupado pelas mulheres que lideram comunidades, tem potencial revolucionário, tendo em vista que os conflitos vivenciados na esfera privada, especialmente relevantes para as mulheres por serem historicamente designadas a esfera doméstica, principalmente a vida familiar, enfim podem ganhar visibilidade, como é possível identificar nos relatos do estudo conduzido por Batista (2018). Ou seja, Quando a organização das relações na vida privada constitui barreira à participação paritária de mulheres e homens na vida pública, fica reduzida a possibilidade de que as questões que se definem como relevantes a partir

Endereço: Av. Getúlio Vargas, nº 159, Casa das Comissões

Bairro: Abadia

CEP: 38.025-440

UF: MG

Município: UBERABA

Telefone: (34)3700-6803

E-mail: cep@uftm.edu.br



da experiência das mulheres na vida doméstica, como o cuidado com as crianças e os idosos, e a violência e a dominação de gênero na família, ganhem visibilidade na agenda pública e nos debates políticos (Biroli, 2014, p. 34). Ou ainda, como exposto no estudo de Tavares (2017), ocupar esse espaço político pode gerar conflitos com potencial transformador, ao promover mudanças nas relações familiares, desnaturalizando formas de se relacionar alicerçadas nas dissimetrias de gênero. Portanto, conhecer as repercussões de ocupar esse espaço político em uma comunidade está intimamente interligado a descobrir como o processo migratório pode ter tecido novas relações nas dinâmicas familiares. E como convoca Davis (1994), "precisamos aprender a erguer-nos enquanto subimos" (p. 18), portanto, faz-se necessário aprofundar sobre as experiências singulares das mulheres venezuelanas no Brasil, para que seus processos de opressão/dominação/exclusão não sejam escamoteados, mas sobretudo que seus processos de resistência sejam visibilizados. Nesse sentido, o estudo proposto se relaciona com a linha de pesquisa Psicologia e Famílias do Programa de Pós-Graduação em Psicologia, tendo em vista essa relação indissociável entre as dimensões pública e privada da vida, e, ainda, considera o que recomenda a literatura sobre a incorporação do estudo das famílias tendo em vista a intersecção de gênero na análise de processos migratórios. Ademais, no que se refere às relações entre gênero, famílias e dinâmicas migratórias, Boyd e Greco (2003) afirmam que apesar da migração possibilitar uma mudança no status social das mulheres, pode não ser suficiente para mudar sua posição de poder dentro da esfera familiar. Peres (2014) por sua vez, destaca a estrutura dos domicílios e suas transformações ao longo do processo migratório, elemento chave para entender como essas mulheres se organizam em seus novos espaços de moradia."

Objetivo da Pesquisa:

Segundo os pesquisadores:

"Objetivo Geral: Investigar as vivências privadas e público-políticas de mulheres-venezuelanas-lideranças-comunitárias na Comunidade Terra Prometida em Boa Vista-RR."

"Objetivos específicos:

- Conhecer as vivências privadas e familiares de mulheres-venezuelanas-lideranças-comunitárias a partir do seu processo migratório na Comunidade Terra Prometida.
- Apreender as vivências público-políticas tecidas por mulheres-venezuelanas sobre a experiência

Endereço: Av. Getúlio Vargas, nº 159, Casa das Comissões

Bairro: Abadia

CEP: 38.025-440

UF: MG

Município: UBERABA

Telefone: (34)3700-6803

E-mail: cep@uftm.edu.br



de ser liderança comunitária da Comunidade Terra Prometida."

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Segundo os pesquisadores:

Riscos:

"A participação no estudo apresenta riscos relacionados a desconfortos psicológicos, como angústia, tristeza e ansiedade, ao potencializar a rememoração da experiência de migração e os desafios enfrentados. Caso as participantes experienciem algum desconforto ao longo da entrevista, as pesquisadoras proponentes dispõem das competências necessárias, em virtude de suas formações profissionais, para acolhê-las e resguardá-las, a fim de não agravar possíveis situações de sofrimento emocional, e mitigar os danos potenciais. Caso alguma pergunta da entrevista produza desconforto, constrangimento e/ou mal-estar as participantes, será sugerido uma pausa para que elas possam avaliar suas condições e interesse em continuar a entrevista, e se permanecerão participando do estudo. Além disso, caso necessitem de suporte psicológico, será oferecido um espaço adequado que garanta o sigilo e a privacidade para prover o acolhimento da participante, na modalidade remota ou presencial, segundo a preferência e possibilidade da mesma."

Benefícios:

"Em relação aos benefícios do estudo, destaca-se a oportunidade de visibilizar a trajetória de mulheres venezuelanas no Brasil, como os desafios enfrentados, mas principalmente os processos de resistência política e coletiva que emergiram dos contextos de adversidades. Além disso, o estudo pode contribuir com a literatura nacional e internacional sobre a experiência de mulheres-venezuelanas-liderança-comunitária no Brasil, tendo em vista a ausência de estudos sobre essa temática, abrindo caminhos para novos estudos sobre experiências específicas em contextos migratórios."

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

"Trata-se de uma pesquisa pesquisa exploratória de caráter qualitativo utilizando a entrevista semiaberta como técnica de pesquisa para a obtenção dos dados. Em relação ao processo de obtenção de dados, será utilizado um roteiro de entrevista semiaberta, composto por questões

Endereço: Av. Getúlio Guarita, nº 159, Casa das Comissões

Bairro: Abadia

CEP: 38.025-440

UF: MG

Município: UBERABA

Telefone: (34)3700-6803

E-mail: cep@uftm.edu.br



que orientem o diálogo a fim contemplar os objetivos propostos. (...), optou-se também pela utilização de um diário de campo para que sejam registradas as impressões da pesquisadora durante o encontro com as entrevistadas, e audiogravar os diálogos para serem acessados e transcritos na íntegra posteriormente. As entrevistas serão divididas em três momentos, conforme o objetivo de cada estudo. O primeiro momento será destinado a construir o perfil identitário das participantes do estudo, no qual serão consultadas informações sobre idade, estado civil, filhos (as), raça, renda familiar, dentro outros dados. O segundo momento será destinado ao objetivo 1 do estudo, buscando acessar informações sobre as vivências privadas e familiares no decorrer de seus processos migratórios. Por fim, o terceiro momento será destinado as vivências público-políticas tecidas durante o processo migratório que culminou com a experiência de liderar uma comunidade. Estima-se a duração de uma hora e meia para a realização de cada entrevista. Uma das pesquisadoras proponentes é psicóloga e trabalhadora humanitária, e tem contato com a comunidade ao acompanhar como gestora de projeto a atuação das equipes de campo em Roraima, sendo um dos espaços assistidos a Comunidade Terra Prometida, facilitando o contato com as participantes do estudo. A outra pesquisadora proponente do estudo é psicóloga e docente colaboradora do Programa de Pósgraduação em Psicologia da Universidade Federal do Triângulo Mineiro. Em relação ao espaço no qual será conduzido o estudo, consiste em um espaço que se consolidou após o processo de desocupação da maior ocupação espontânea da cidade de Boa Vista, no qual residiam indígenas e não indígenas venezuelanos (as), denominada Ka'Ubanoko. Após esse processo de desocupação, um grupo de famílias juntou-se para adquirir um terreno em um bairro afastado do centro da cidade, em virtude do custo reduzido, que foi batizada de Comunidade Terra Prometida, sendo a comunidade atualmente liderada por duas mulheres venezuelanas. As entrevistas serão conduzidas na própria comunidade, na área destinada a convivência social, tendo em vista a impossibilidade de realizar as entrevistas dentro das casas das participantes, em virtude do tamanho e da disposição das habitações para receber pessoas que não pertençam ao núcleo familiar. Será acordado com as participantes o local dentro da comunidade no qual se sintam mais confortáveis para a realização da entrevista." Maiores de 18 anos, autoidentificadas como mulheres, e que são percebidas pela comunidade como lideranças comunitárias pela Comunidade Terra Prometida.

Equipe de pesquisadores vinculada na Plataforma Brasil: Tatiana Machiavelli Carmo Souza (Responsável Principal), (Docente Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia – UFTM) e Elis Moura Marques (Discente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia – UFTM)

Endereço: Av. Getúlio Guarita, nº 159, Casa das Comissões

Bairro: Abadia

CEP: 38.025-440

UF: MG

Município: UBERABA

Telefone: (34)3700-6803

E-mail: cep@uftm.edu.br



Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos obrigatórios foram apresentados adequadamente.

Recomendações:

Não há.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

De acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS 510/16 e Norma Operacional 001/2013, o Colegiado do CEP-UFTM manifesta-se pela aprovação do protocolo de pesquisa proposto.

O CEP-UFTM informa que de acordo com as orientações da CONEP, o pesquisador deve notificar na página da Plataforma Brasil, o início do projeto. A partir desta data de aprovação, é necessário o envio de relatórios parciais (semestrais), assim como também é obrigatória, a apresentação do relatório final, quando do término do estudo.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1952773.pdf	31/05/2022 13:11:03		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Formulario_comite_de_etica.docx	31/05/2022 13:10:16	Elis Moura Marques	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto.pdf	30/05/2022 17:05:39	Elis Moura Marques	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_de_Pesquisa.pdf	30/05/2022 17:05:26	Elis Moura Marques	Aceito
Cronograma	Cronograma.pdf	30/05/2022 17:05:14	Elis Moura Marques	Aceito
Outros	Roteiro_de_entrevista.pdf	26/05/2022 18:09:15	Elis Moura Marques	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_ES.pdf	26/05/2022 18:04:49	Elis Moura Marques	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento /	TCLE_PT.pdf	26/05/2022 18:04:41	Elis Moura Marques	Aceito

Endereço: Av. Getúlio Guarita, nº 159, Casa das Comissões

Bairro: Abadia

CEP: 38.025-440

UF: MG

Município: UBERABA

Telefone: (34)3700-6803

E-mail: cep@uftm.edu.br

Continuação do Parecer: 5.539.549

Justificativa de Ausência	TCLE_PT.pdf	26/05/2022 18:04:41	Elis Moura Marques	Aceito
---------------------------	-------------	------------------------	--------------------	--------

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

UBERABA, 22 de Julho de 2022

Assinado por:
Alessandra Cavalcanti de Albuquerque e Souza
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Getúlio Guarita, nº 159, Casa das Comissões	
Bairro: Abadia	CEP: 38.025-440
UF: MG	Município: UBERABA
Telefone: (34)3700-6803	E-mail: cep@uftm.edu.br